

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Eduardo Machado Dias

**HOMENS COMENTARISTAS: MASCULINIDADES CIS-HETERO NA
PORNOGRAFIA *MAINSTREAM* COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS**

Porto Alegre

2024

Eduardo Machado Dias

**HOMENS COMENTARISTAS: MASCULINIDADES CIS-HETERO NA
PORNOGRAFIA *MAINSTREAM* COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia Social e Institucional da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para a obtenção do título de mestre em
Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Inês Hennigen.

Porto Alegre

2024

Peço licença às mais velhas, àquelas que vieram antes e abriram caminhos para nossa vivência. Que possamos honrar suas memórias, que sua luta e suas histórias permaneçam habitando em todos nós.

CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Eduardo Machado

Homens comentaristas: Masculinidades cis-hetero na pornografia mainstream com mulheres trans e travestis / Eduardo Machado Dias. -- 2024.

113 f.

Orientador: Inês Hennigen.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Masculinidades. 2. Pornografia. 3. Travestilidades. 4. Transexualidade. 5. Gênero. I. Hennigen, Inês, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente saúdo e agradeço ao Senhor da comunicação, a boca que tudo come e a língua que tudo fala, que esteve ao meu lado quando me faltaram as palavras. Laroyê!

Saúdo e agradeço ao Senhor de meu Ori, que sua força e sabedoria para lutar pela paz esteja comigo sempre. Epà Bábá!

A todes que contribuíram com a construção dessa pesquisa, pois, não se faz uma pesquisa sozinho. A todas as sugestões, indicações, comentários e apontamentos, as palavras de apoio, carinho e motivação.

A Manuela Lisot e Denise Bisolo Scheibe, que foram as leais leitoras do escrito de minha vida e desse escrito, que nunca pouparam palavras e tempo para auxiliar nos momentos de necessidade, desânimo ou crise.

A Elisabete Liell, por sempre oferecer aconchego, comida e lazer nos momentos em que os olhos ficavam cansados de encarar a tela.

A Tainá Calvi, Bruno Petter, Adrieli Martinello, Sofia Schonffeldt, Lidiane Musselin, Roberta Bressan, Natália Schuck e Leticia Toriani, meu maior grupo de apoio, de trocas e de potência para seguir em frente.

A Eduardo Guterres, meu bem, meu chapa e tocaio, por favorecer um ambiente seguro e amparo nas horas de cansaço.

A Inês Hennigen, minha orientadora, pela sua companhia em embarcar nessa viagem, pela sua dedicação, apoio e confiança em meus escritos.

A Alaís Benedetti, Adriel Christ, Daniela Van Der Straeten, Gabriela Walter, João Maurício Farias e Pyetro Bellon, meu grupo de pesquisa do LECOPSU, pelas suas contribuições gentis, ricas e sensíveis.

A Raquel Machado, minha mãe, por sempre me incentivar a ser um leitor e a estudar.

A minha família, Francine Dias, Maico Endres, Elisa Damasceno e Paulo Machado, pelo apoio, entendimento e continência ao longo desses últimos dois anos.

Aos amigos e familiares que promoveram apoio, cuidado e sempre estiveram disponíveis para me ouvir e ouvir essa pesquisa.

A comunidade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, pelas conversas, leituras e trocas coletivas de aprendizado.

As pareceristas Paula Sandrine Machado, Jaqueline Gomes de Jesus e Priscila Pavan Detoni, pela sua leitura, discussões e disponibilidade em auxiliar nessa construção.

Aos coletivos LGBTQIAPN+, pela sua formação, espaço de trocas e construções coletivas, pela sua potência de afirmação de pessoas e subjetividades livres e autônomas.

Saúdo, agradeço e peço licença às mulheres trans e travestis, por serem nossas referências em conhecimento, articulação, força e resistência. Que esse trabalho possa honrá-las e auxiliar a reparar algumas desigualdades.

E por fim, a todos autores aqui utilizados, que contribuíram com a construção teórica, metodológica e a de vida, que foram essenciais para dar corpo, sustentação e movimento a tudo que aqui está escrito.

RESUMO

O que se apresenta neste escrito tem como foco a investigação da construção discursiva das masculinidades acerca de mulheres transexuais e travestis na pornografia *mainstream*. Para isso, utilizou-se a plataforma do site *Xvideos*, um dos maiores repositórios de pornografia *online* mundial e que oferece diversas opções de material pornográfico a ser consumido. Através do uso metodológico da análise do discurso, foram selecionados comentários feitos por homens cisgêneros em nove vídeos diferentes, todos eles tendo como temática a relação sexual com mulheres trans e travestis. O que se objetivou foi questionar e problematizar como estas produções de discurso evidenciam a construção das masculinidades e se associam às altas taxas de violência contra mulheres trans e travestis no Brasil. Ao final, conclui-se que a produção discursiva de homens na pornografia marca-se como uma extensão daquela cotidianamente reiterada contra grupos marginalizados e na constituição de uma dinâmica cisgênero incongruente quanto a sua posição subjetiva. Tal constituição cisgênero que nada tem de estanque, que se constitui pela repressão, devido a dificuldade em promover rupturas com as estruturas normativas e dinâmicas de poder.

Palavras-chaves: Masculinidades; pornografia; discurso; transexualidades; travestilidades.

ABSTRACT

The content presented in this writing focuses on investigating the discursive construction of masculinities regarding transsexual and transvestite women in mainstream pornography. For this, the website Xvideos was used, since it is one of the largest repositories of online pornography in the world and which offers several options for pornographic material to be consumed. Through the methodological use of discourse analysis, comments made by cisgender men were selected in nine different videos, in which the main theme is sexual relations with trans women and transvestites. The objective was to question and problematize how these discourse productions highlight the construction of masculinities and are associated with the high rates of violence against trans women and transvestites in Brazil. In the end, it is concluded that the discursive production of men in pornography is marked by being an extension of the one reiterated daily against marginalized groups and by the constitution of an incongruous cisgender dynamic regarding their subjective position. Such a cisgender constitution has nothing settled, it consists of repression, due to the difficulty in promoting ruptures with normative structures and power dynamics.

Keywords: Masculinities; pornography; discourse; transsexualities; transvestites.

SUMÁRIO

1. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE ESSE ESTUDO	8
2. ENTREVISTAS E MATÉRIAS SOBRE PORNOGRAFIA, CONSUMO E VIOLÊNCIA	12
3. NECROPOLÍTICA, VIOLÊNCIA E ANIQUILAÇÃO	18
4. GÊNERO, CISGENERIDADES E NORMATIVAS BINÁRIAS	24
4.1. Da construção de gênero	24
4.2. Cisnorma, cisgeneridade e cisnormatividade	26
5. LUGAR DE FALO	32
6. DO CONSUMO E DAS PORNOGRAFIAS	36
6.1. As pornografias	36
6.2. O ranking do consumo	42
6.3. As subjetividades consumidoras	45
7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
7.1. Descaminhos de pesquisa	53
7.2. Navegação online: A estrutura do Xvideos	56
7.3. Sobre as materialidades	61
8. OS COMENTÁRIOS E SEUS HOMENS	65
8.1. Uma dessas eu comia fácil: Aniquilação do feminino e subjetivação nas prateleiras do amor	65
8.2. Que rola grande e bonita: Pênis, falo e as masculinidades	72
8.3. Rola preta, grande e grossa: Racialidade e objetificação	81
8.4. Só não pode querer rola: Atravessamentos sobre os papéis da economia erótica	86
8.5. Meu pênis está confuso: A negação da identidade de gênero e afirmação da orientação	89
8.6. Queria alguém pra me comer assim: Possibilidades subversivas da masculinidade	92
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

1. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE ESSE ESTUDO

Essa pesquisa iniciou a partir de uma inquietação, um desconforto acerca da pouca produção de dados científicos sobre a relação entre consumo de pornografia com mulheres trans e travestis e as altas taxas de violências existentes no país. Porém, a inquietação foi apenas o disparador, pois ao longo dessa pesquisa foi necessário cada vez complexificar ainda mais a questão, repensar todo o estudo de uma forma diferente.

Desde que iniciei a participação em grupos de estudos de gênero e em coletivos LGBTQIAP+¹ a questão sobre violência contra mulheres trans e travestis tendo relação com o alto consumo de pornografia sempre esteve presente. Esse dado alarmante é pouco abordado dentro de estudos, aparecendo primordialmente por meio de notícias em sites. As informações aparecem relacionando os altos índices de assassinatos e as altas taxas de consumo de pornografia, como um dado já pronto e analisado, porém, ao buscar estudos sobre o assunto encontra-se ainda poucos resultados.

Durante meu período de graduação tive como temática de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a pesquisa sobre como travestis e mulheres transexuais são representadas na pornografia. Hoje olho essa pesquisa com um olhar crítico, uma vez que a questão é para além da representação das mulheres trans nessas produções e menos ainda sobre meu papel em tentar “analisar” tais representações que não me correspondem.

É crucial complexificar esses fatores para além de falar sobre, mas questionar o que está por trás, como plano de fundo de tudo isso. É compreender a relação do sistema, enquanto produtor de normativas, a construção das masculinidades e a reprodução destas, na possibilidade de protagonismo de mulheres, na forma de pensar em como as relações (sejam de gênero, binárias, falocêntricas, as relações sexuais e afetivas) ocorrem, tanto nos vídeos quanto em seus comentários, quanto se reproduzem na vida cotidiana.

O termo sistema é utilizado para se referir aos fatores que operam na concepção e manutenção da cisgeneridade como “natural”, normativa e hegemônica, com um sistema de pactos, privilégios, práticas, discursos e operadores das relações entre pessoas. Tal operação e manutenção do sistema se afirma por meio de práticas biomédicas, jurídicas, religiosas, moralistas, conservadoras e do próprio Estado. Não se tem uma noção precisa do surgimento² do conceito, porém encontram-se registros do uso da palavra em contexto fora da academia e

¹ Sigla que abarca diversas subjetividades: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais formas de diversidade sexual e de gênero.

² Apesar de ser possível perceber seu uso já em 2012, como na reportagem de Coen (2012).

que posteriormente passou a ser incorporado e utilizado em pesquisas que questionam a cisgeneridade e seus locais de privilégio e de naturalização.

Essa pesquisa, antes de tudo, me colocou em cheque com minha constituição de gênero e se modificou por diversas vezes ao longo de cada escrito. Tornou-se complexa, confusa, extensa e com pelo menos sessenta possibilidades de abordagens diversas. Cresceu de formas diferentes das esperadas, teve seus descaminhos e crenças caídas por terra e fez com que meus olhos, antes de olharem para fora, se cravassem em mim mesmo.

E o resultado final poderá ser acompanhado nas páginas desse escrito intitulado “Homens comentaristas: masculinidades cisgênero heterossexuais na pornografia *mainstream* com mulheres trans e travestis”. O que se propôs aqui foi estudar ou iniciar um mapeamento sobre as masculinidades de homens, da cisgeneridade e da heterossexualidade na pornografia a partir de seus comentários, entendendo a pornografia, de acordo como Louro (2000) enquanto um dispositivo pedagógico que agencia determinados códigos.

Os discursos masculinos estudados advêm dos comentários em vídeos pornográficos do *Xvideos* na categoria “trans”, entre homens cisgêneros, mulheres cis, travestis e mulheres trans. Nesse estudo, trabalhei com identidades masculinas cisgênero heterossexuais, utilizando a pornografia e os comentários em vídeos como um meio de acessar essas posições subjetivas. Tendo como questão pensar em quais as construções discursivas de homens cisgênero heterossexuais na pornografia com mulheres trans e travestis?

E a partir disso, levanto questões e articulações teóricas que rompem com o espaço apenas da pornografia, mas que se complexificam ao encarar suas existências no cotidiano para além do *online*.

A escolha do título como “Homens comentaristas” deve-se aos discursos do cotidiano ao qual circulo, que colocam os homens enquanto aqueles que falam sobre coisas, que praticam *mansplaining*, que se colocam como comentaristas da vida cotidiana com seus saberes próprios e indiscutíveis. Principalmente em tempos onde há uma convocação para comentar, opinar e falar sobre, seja nas redes sociais ou nos mais variados espaços, e em que os embates se colocam por meio de opiniões contrárias (não embasadas que não por meio da vivência individual), considero importante a nomeação desse escrito dessa forma, fazendo alusão a capacidade dos homens de tecer comentários sobre os mais diversos temas.

Considerando que uma das formas de dominação masculina ocorre por meio da linguagem, da discursividade e daquilo que se fala sobre (Barros; Busanello, 2019), é importante também colocar em análise esse lugar tão bem usado por nós homens, como aptos

a falar *sobre*, falar *de* e falar *por*; e aqui me coloco como um desses homens que já praticou essas ações.

Tal temática me atravessa principalmente por fazer parte da comunidade LGBTQIAP+ e perceber violências, estigmas e tentativas de apagamento de identidades femininas e afeminadas dentro da própria comunidade, reforçando a ideia binária, padrão e cis heteronormativa³.

Benevides (2021) por meio do dossiê organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) coloca que apesar dos poucos dados e informações sobre assassinatos de mulheres trans, dentre as notícias de violência registradas com suspeitos, 86% delas foram praticadas por homens cisgêneros. Esse dado mostra o quanto é necessário olhar para como são performadas essas identidades no espaço *online* e de que modo as pedagogias pornográficas se realizam e educam os espectadores que podem reproduzi-las no *offline*⁴.

No dia-a-dia pouco se questiona a identidade cisgênero e menos ainda se pensa sobre ela enquanto uma categoria. Tal identidade apenas recentemente passou a ser utilizada no meio acadêmico e ainda é pouco explorada. Quando se fala sobre cisgênero, geralmente se refere a algo que já é normativo, ou como um conceito pronto e indiscutível. Por isso, proponho uma retomada deste conceito, enquanto operador de análise, buscando pensar a produção de sujeitos cisgêneros e de suas normativas.

Esse texto se estrutura em dez capítulos, iniciando nesse capítulo que objetiva uma introdução sobre o estudo e o que será visto nele. A seguir, discorro sobre algumas entrevistas que vinculam o Brasil como o país que mais mata mulheres trans e travestis e o que mais consome pornografia, seguido de dados de violência transfóbica e que culmina no terceiro capítulo em que trabalho sobre necropolítica e aniquilação das subjetividades travestis e trans.

Mais além, no quarto capítulo, retomo à ideia de gênero e sua concepção performativa, seguindo com a cisnormatividade e binaridade, colocando-as como local a ser analisado e não estanque, culminando no capítulo seguinte que nomeio de Lugar de Falo, no qual retomo a minha experiência cis generificada.

³ A heteronormatividade se constitui pelas “práticas localizadas e instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’” (Vergueiro, 2016).

⁴ *Offline* será usado para tratar sobre o que se passa fora do campo da internet, na vivência cotidiana das relações de trocas “reais”.

Após, refiro sobre a pornografia e as diferentes compreensões teóricas acerca do tema, apresentando o ranking do consumo da pornografia *mainstream* conforme o Pornhub Insights (2024) e a constituição subjetiva desses consumidores.

Passando para o sétimo capítulo, que refere sobre a construção metodológica a partir da análise do discurso, sobre a estrutura do site *Xvideos* e suas categorias. Seguindo para o oitavo tópico em que apresento as discussões dos resultados, subdividindo-se em oito eixos de discussão conceitual.

Por fim, apresento as considerações finais desta pesquisa e o referencial bibliográfico utilizado para a construção dela.

2. ENTREVISTAS E MATÉRIAS SOBRE PORNOGRAFIA, CONSUMO E VIOLÊNCIA

“Brasil é o país que mais procura por pornografia trans no RedTube”

(Catraca Livre, 2016)

“Brasil é o país em que mais se procura pornografia trans e que mais se mata pessoas trans”

(Fórum, 2017)

“Por que o país que mais consome pornografia trans é também o que mais mata travestis?”

(Gomes, 2017)

“Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas”

(Germano, 2018)

“Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos)”

(Benevides, 2020)

“Está em marcha uma revolução de mudança das vivências trans”

(Estadão, 2021)

Essa pesquisa começa com seis notícias veiculadas em canais de comunicação online do país, todas elas tendo em comum a temática da violência contra travestis⁵ e mulheres transexuais⁶ e o alto consumo de filmes pornográficos com atrizes trans e travestis. A primeira notícia trazida sobre o tema é do ano de 2016, marcando que não é de hoje a discussão entre consumo de pornografia e violência. Ressalto que as notícias referem-se a mulheres transexuais e travestis, não fazendo essa associação aos homens trans.

⁵ Travesti é uma identidade de gênero feminina utilizada nos países latinos. Essa nomeação ressignifica um termo que por muito tempo foi utilizado de modo pejorativo. A identidade travesti compreende sujeitas que vivenciam um papel de gênero feminino sem se reconhecer como homens ou mulheres (Jesus, 2012).

⁶ Entende-se que uma mulher transexual é toda aquela que reivindica o reconhecimento como mulher, o mesmo ocorrendo para homem transexual, aquele que reivindica o reconhecimento como homem, não tendo ligação com um procedimento cirúrgico ou estético, embora muitas transexuais adotem opções cirúrgicas até tratamentos hormonais para sentirem-se melhores ou mais pertencentes com seus corpos (Jesus, 2012).

Nas matérias mencionadas são colocadas uma série de análises sobre a questão de consumo, desejo e violência, nas quais a maioria tem como objetivo explicar ou traçar paralelos sobre os motivos desse consumo e violência como correlacionados.

Na reportagem realizada por Gomes (2017) para a Revista Aratu On, que tem como título “Por que o país que mais consome pornografia trans é também o que mais mata travestis?”, que inicia com uma contextualização dos dados sobre a violência contra pessoas trans no Brasil e coloca o fetiche como uma das explicações para a relação entre o consumo de filmes e a violência:

O fetiche pode explicar o motivo que leva homens heterossexuais a buscar filmes em que os personagens sejam pessoas trans e/ou travestis. A fantasia que envolve e todo o estigma de hipersexualização que cerca a população LGBTI, principalmente trans e travestis. Sites como XVideos, RedTube, PornHub, Evil Angel, que começou na produção de conteúdos com transexuais no final dos anos 1990, tendem a reservar mais espaço para estes tipos de vídeos. Antes separados em seções gays, agora os filmes não se isolam mais nesta categoria e o aumento da busca só cresce a cada ano (Gomes, 2017, *online*).

Após, a reportagem de Gomes (2017) traz uma breve entrevista com Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que coloca:

A população trans sofre muito estigma por conta dessa pecha que colocaram sobre nós, especialmente atrelando a prostituição e o sexo (...) Há uma ideia de desejo e abjeção. As pessoas têm muitos desejos e realizam por meio dessas experiências, mas há também a repulsa por esses seres abjetos que não deveriam existir. É como se houvesse a possibilidade de ter a pessoa trans em uma caixinha ou uma sala e só tirá-la de lá quando precisar dela para realizar seus desejos. Enquanto os brasileiros se fascinam com os vídeos de sexo envolvendo LGBTI, destilam o ódio contra a mesma população na qual busca prazer. A população trans só serve para sexo, para outra coisa não serve. (...) Nossa população não é morta naturalmente. Mata-se porque é travesti, pela certeza da impunidade, é um crime de gênero! Mata-se porque é uma representação do feminino que os homens, na leitura deles, ousaram a construir. Tem a conivência do Estado porque quase nunca são punidas ou processadas pelos crimes que cometem. Vivemos em dois mundos: um que deseja sexualmente, quase nunca afetivamente e outro que mata porque está impregnada pela falta de legislação (Gomes, 2017, *online*).

A entrevistada pontua diversas formas de violências contra as mulheres trans, desde a abjeção de suas subjetividades, ao estigma e a visão de mulheres trans enquanto objetos de desejo, além da violência de gênero, machismo e da violência do Estado. Na entrevista, Keila Simpson refere a existência de dois mundos, um onde há o desejo e outro que mata por falta de legislação. Porém, com essa pesquisa passo a questionar essa ideia da existência de dois mundos, considero um único mundo em que desejo, violência, transfobia, discursos de ódio,

conservadorismo, masculinidades, fetiches e a própria pornografia compartilham e coexistem em uma mesma realidade, que opera de forma complexa por diversos fatores.

Na entrevista Keila refere sobre o local de abjeção em que se colocam as subjetividades travestis e trans, esse corpos definidos por Butler (2002) como abjetos são aqueles em que as vidas não são consideradas “vidas” e sua materialidade é desimportante. Nesse sentido, abjeção está intimamente relacionada a violência, uma vez que corpos desimportantes ocupam um não lugar de sujeitos, um lugar de “algo”, tal visão já marca violências e possibilita a operação de diversas outras violências.

Butler (2019) refere sobre as existências precárias, que habitam fora de um sistema de reconhecimento, cujas mortes não são choradas e não são enlutáveis. Havendo uma distribuição desigual do luto, que definirá quais vidas são e devem ser enlutadas, o que Butler (2019) refere como um fracasso da humanidade, em não conseguir conceber determinadas existências como vidas, tão vividas e parte da humanidade quanto as demais.

Para a filósofa, a violência é uma das formas de expor de forma aterrorizante a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos, sendo o modo pelo qual se é entregue a vontade do outro, sem controle e na qual a própria vida pode ser expurgada por esse outro.

Retomando as entrevistas, uma outra análise é a colocada pela entrevista de Germano (2018) na Revista Superinteressante em uma entrevista com Carmita Abdo⁷, coordenadora de pesquisas sobre sexualidade do Hospital das Clínicas, que fala:

O site [repositório de pornografia] é uma fonte de informações para o agressor saber mais sobre as vítimas – e também para justificar seu ódio, porque lá ele vê coisas que não aceita (...) O agressor pode afirmar que sempre achou aquilo bizarro, mas se vê atraído, então, é capaz de fazer de tudo para sanar esse desconforto – inclusive machucar terceiros. (...) Não se pode dizer que todos os agressores estão buscando matar algo dentro de si, mas parte desse grupo pode, sim, ter essa motivação. As causas variam (Germano, 2018, *online*).

Por esse viés, a motivação seria com base nos afetos que o espectador experimenta ao se deparar com os vídeos, como se de algum modo ver e sentir desejo pudesse suscitar em comportamentos de violência. Aqui faço uma outra questão, sobre como, ou a partir de quais

⁷ Carmita Abdo é psiquiatra, Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Coordenadora do Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP, Presidente da Associação Brasileira de Estudos em Medicina e Saúde Sexual (ABEMSS)-2020-2022, Membro do Comitê de Ética da International Society for Sexual Medicine e Membro do Depto de Sexologia da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (ABEMSS, 2021).

dados é possível afirmar que os afetos produzidos no campo *online*⁸ seriam motivadores de violência no campo do *offline*? E como esses afetos são gerados? Se há relação entre consumo e violência, como opera sua saída do *online* para o *offline*? Não são questões que busco responder neste estudo, pois discordo dessa visão de causa e efeito. Porém, as refiro como uma forma de mostrar a complexidade em promover respostas para a temática.

Minha discordância da entrevistada ocorre por entender que a resposta dela seria reduzir um problema complexo a algo de fácil explicação, uma vez que se diz que assistir aos vídeos produz um desejo que é inaceitável e isso culmina na violência. Não seria essa uma justificativa que projeta a responsabilidade por suas violências nas mulheres trans e travestis que estão nesses vídeos? Quase como a clássica explicação de que alguém que não está confortável de sua identidade ou sexualidade é quem tende a ser LGBTQIAPfóbico, colocando a pessoa violenta também como pertencente a comunidade e como violenta com seus membros, eximindo dos sujeitos cisgêneros⁹ e heterossexuais¹⁰ a responsabilidade sobre.

É importante marcar que existem discursos, práticas e comportamentos LGBTQfóbicos dentro da comunidade LGBTQIAP+, entre pessoas da mesma orientação sexual e identidade de gênero ou entre diferentes subjetividades da sigla. Há na comunidade diversas práticas de violência, seja na manutenção e perpetuação dos discursos normativos, binários, etaristas, machistas, entre outros. Porém, a questão aqui é o uso que se faz de colocar as subjetividades LGBTQIAP+ como produtores de violência dentro da comunidade, com a ideia de que as violências partem de uma “não aceitação de si”, logo há a violência para com o outro. Além disso, tentar responder a uma questão extremamente complexa acaba por reforçar uma ideia de responsabilização e culpa para com pessoas LGBTQIAP+, retirando dos sujeitos cis/hetero não pertencentes a comunidade sua responsabilidade e implicação sobre.

Seguindo, podemos encontrar um texto mais amplo na revista Híbrida, escrito por Bruna Benevides (2020), uma das maiores referências em estudos transfeministas no Brasil, além de ser uma das autoras do dossiê ANTRA¹², conforme ela:

⁸ *Online* será usado para tratar sobre o que se passa dentro do campo da internet, principalmente no site do *Xvideos*.

⁹ Como cisgêneros denominam-se quem se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, este sendo por muito tempo o padrão social tido como a “normalidade”, porém, esse padrão de normalidade inexistente, uma vez que a cisgeneridade não é a única forma de expressão de sexualidade existente (Jesus, 2012).

¹⁰ Heterossexuais são as pessoas que sentem atração afetiva, física, emocional e sexual por pessoas de gênero diferente ao que lhe foi atribuído no nascimento (Jesus, 2012).

¹¹ Aqui coloco cisgêneros e heterossexuais que não pertencem à comunidade LGBTQIAP+, uma vez que existem pessoas hetero e cis dentro da comunidade e que compõem alguma das subjetividades da sigla.

¹² Dossiê anual elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) contendo dados de violência e assassinatos da população trans.

Existe um processo histórico de hipersexualização e fetichização em relação aos corpos trans, lidos como fantasia, sem subjetividade, vontade ou desejo, mas sempre à disposição para quem nos procura. Muitas vezes objetos de desejo, eles causam simultaneamente repulsa entre quem se percebe compelido a buscá-los ou cogitar envolvimento, afetivo ou sexual, com pessoas trans. Em especial as travestis e mulheres transexuais que, não por acaso, são as mais buscadas nos sites pornográficos e também a maioria de 95% entre as assassinadas, de acordo com a Antra. Muitas vezes nos perguntamos sobre o fato de os homens não estarem se relacionando afetiva ou sexualmente com travestis e mulheres trans, pois teriam a sua (frágil) heteronormatividade contestada e seriam vistos como “gays” pelo resto da sociedade. A discussão sobre homens que ficam com travestis não serem heterossexuais é comum e recorrente. De certa forma, esse julgamento acaba por reprimir sentimentos e desejos, transformando-os em algo repulsivo ou errado. Esses homens então retrocedem ao ódio pelo objeto de cobiça, com coragem suficiente apenas para consumi-los em larga escala na internet, onde lhes é garantido o anonimato e a segurança de não serem julgados por ideologias religiosas, sociais ou políticas. Quando observamos as mortes de pessoas trans, especialmente os **64% de assassinatos específicos contra profissionais do sexo**, eles geralmente acontecem em um cenário onde **80% das vítimas não conheciam intimamente o suspeito**, isso porque eram apenas clientes ou trans-admiradores casuais. Também precisamos notar os requintes de crueldade e violência com que esses casos ocorrem, dando vazão ao ódio transfóbico também por meio do envolvimento sexual que normalmente antecede o assassinato. A maioria desses assassinos são homens que buscam sexo pago pelo sigilo que a transação oferece, enquanto as vítimas geralmente vivem em isolamento social compulsório e são presas fáceis a envolvimento casuais. Em muitos casos, o crime não satisfaz apenas a vontade sexual, com atos que eu não ousaria mencionar aqui, mas também gera uma necessidade quase imediata de aniquilar qualquer possibilidade de associação com aquela prática e os sentimentos que ela revela pós-coito. São comuns os relatos de pessoas trans que contam sobre homens que, depois do gozo, mudam completamente a forma de tratamento à pessoa com quem acabaram de se relacionar, muitas vezes adotando posturas agressivas, repulsivas e violentas. Isso está diretamente relacionado ao avanço do pensamento fundamentalista cristão junto ao Estado e seu impacto no controle do corpo, do desejo e das relações afetivas e sexuais que seguem normatizando a função do homem de casar e ter filhos. (Benevides, 2020, *online*)

Nessa entrevista, Benevides coloca uma série de elementos importantes para analisar as relações de consumo de pornografia com mulheres trans e travestis, dentre eles as masculinidades e ao papel em que se coloca as subjetividades trans, sendo estas importantes áreas a serem mais investigadas na busca de entender como operam no meio da pornografia.

Ressalto, que essa pesquisa não visa trazer uma resposta para essa questão, uma vez que existem diversas articulações possíveis nesse campo tão amplo, mas o que busco é promover reflexões e questionamentos sobre essa temática, utilizando as produções pornográficas como uma forma de acessar as produções discursivas dos homens espectadores, buscando entender o que está sendo produzido em termos de material e quais discursos são (re)produzidos neste espaço.

Benevides (2020) fala sobre a fetichização dos corpos trans, o que pode ser associado com o que Dias, Kich e Detoni (2022) analisam em vídeos com mulheres trans, nos quais os corpos femininos recebem maiores enfoques, porém, apenas em partes específicas (rosto, seios, nádegas, ânus), enquanto os corpos masculinos tem um foco muito grande no pênis (o mesmo não acontece com as mulheres trans, inclusive, nas cenas em que há sexo oral, este quase nem aparece). As produções reforçam a ideia do masculino como aquele que recebe os estímulos, e o feminino como o que os proporciona. Além de apresentar corpos que seguem o padrão de beleza vigente, como por exemplo os músculos e pênis grandes para os homens e seios e bundas grandes para as mulheres, reforçando uma performance binária de masculino e feminino.

Outra questão levantada por Benevides (2020) é sobre a impunidade nos casos de violência. Cabe ressaltar que apenas em 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia, tipificando-a com base na aplicação da Lei do Racismo de nº 7.716 de 1989 (STF, 2019).

Como coloca o dossiê ANTRA, a criminalização da transfobia conforme a Lei 7716/89, caracteriza como toda e qualquer ação e discriminação motivada pela identidade de gênero de um indivíduo, sendo entendido como comportamentos transfóbicos

Atitudes inferiorizantes, degradantes ou humilhantes que podem ou não incluir agressões físicas, verbais, simbólicas, materiais, patrimoniais ou psicológicas manifestadas com o intuito de violar direitos, negar acesso ou dificultar a cidadania, coibir a livre expressão de gênero, assim como a de negar o reconhecimento da autodeclaração de gênero de travestis, transexuais e demais pessoas trans, quando sua identidade de gênero for um fator determinante para essas violências ou violações, seja por ação direta ou por omissão (Benevides, 2023, p.18).

Apesar da legislação vigente, seguimos sem ações efetivas e com um favorecimento à impunidade. São feitas poucas investigações, prisões ou julgamentos efetivos, pelo contrário, há um cenário político que favorece e permite uma estruturação e institucionalização de ações transfóbicas (Benevides, 2023).

Seguindo por esse viés, no capítulo a seguir refiro sobre os dados de violência e políticas de aniquilação presentes no cotidiano e que se constituem pela reiteração da cisnorma, do conservadorismo e de seus atravessadores.

3. NECROPOLÍTICA, VIOLÊNCIA E ANIQUILAÇÃO

Vive-se uma política de morte e violência da população LGBTQIAP+, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, com movimentos articulados e processos de aniquilação de subjetividades desviantes das normas hegemônicas, sendo necessário nomear isso como uma política de morte, ou seja, necropolítica.

Essa política de morte é atrelada ao fortalecimento do neoconservadorismo e a ascensão da extrema direita ao poder, que utiliza-se de um discurso sobre morais e valores conservadores e no reforço de um conceito heteronormativo de família, de fundamentalismo religioso e na manutenção e defesa da heterocisnormatividade. A nova direita do país se utilizou da instrumentalização política conservadora e do discurso de ódio para impulsionar ações de destruição de direitos sociais da população LGBTQIAPN+ (Peixoto; Garcia, 2023).

O neoconservadorismo passa a se pautar por uma ideia de restauração da autoridade e da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (Almeida, 2018). Juntamente a isso, conforme o autor, o avanço do projeto neoliberal realiza um processo de desdemocratização, da retirada da possibilidade de decisões democráticas (principalmente das que possam interferir na ordem econômica) e com isso impacta diretamente na retirada de direitos sociais.

Essa retirada de direitos marcam-se fortemente por esse processo de fortalecimento do neoconservadorismo e que reforça o ódio das pautas LGBTQIAPN+, como informa Bulgarelli (2018), a ascensão da nova direita marca uma oposição aos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+, essa oposição estabelecida por meio das alianças de políticos conservadores e religiosos, principalmente pela chamada bancada evangélica.

A ocupação estratégica desses espaços por políticos evangélicos que defendem a “família”, a “vida” e os “valores cristãos” institui-se como um espaço contrário a tudo que envolve as temáticas de gênero e sexualidade, com o impedimento de projetos de lei, a efetivação de direitos e o estabelecimento de políticas de cuidado. O uso das pautas LGBTQIAPN+ como mobilizadores de medo é um marcador desse período, em que o gênero e sua abordagem passam a ser visto como uma ameaça a corromper a sociedade e que deve ser rechaçada com todas as forças possíveis (Bulgarelli, 2018).

Dentro desse momento de medo, há um termo conhecido e que ganhou muita força nos discursos da extrema direita, que passou a ser utilizado para combater todo e qualquer discurso sobre gênero e sexualidade, a chamada ideologia de gênero.

Trata-se de um mecanismo simples, embora bastante engenhoso, que consiste em reduzir esta categoria a uma ideologia, parcializando sua legitimidade e neutralizando seus efeitos. É característica desse tipo de disputa a multiplicação de políticos e candidatos que adotam a “ideologia de gênero” como um mal a ser combatido. Desde então, professores passaram a enfrentar reações hostis quando abordam gênero e/ou sexualidade em sala de aula, temas considerados controversos, quando não proibidos, por pais e diretores. Essa postura persecutória facilita o trabalho de desconstrução e transformação do gênero em uma categoria diabólica, a chamada “ideologia de gênero”, tornando-se facilmente desqualificável (Bulgarelli, 2018, p. 90).

Tais estratégias de medo e perseguição por meio das moralidades e valores familiares implicam diretamente na perseguição e violências contra pessoas LGBTQIAPN+, fomentados por essa política conservadora e a propagação de discursos de ódio de forma pública. É o que Benevides (2024) escreve, informando que os discursos de ódio, as políticas conservadoras de controle das liberdades, sexualidades e identidades de gênero diversas e a agenda conservadora antitrans têm impactado significativamente na violência contra pessoas trans.

O crescimento de governos autoritários e neofascistas ao redor do mundo têm alavancado discursos, ações e políticas anti gênero, com criação de movimentos antitrans que funcionam de forma a radicalizar grupos de ódio, violência, disseminação de *fake news* e narrativas conspiracionistas (Benevides, 2024).

A influência religiosa junto ao estado se agrava em momentos de crise e faz crescer um forte sentimento conservador com ideais misóginos, machistas e LGBTIfóbicos, promovendo ataques à democracia, ameaças ao estado laico, enfraquecimento de políticas sociais e de apoio ao trabalhador. Contribuindo de forma direta para o cenário distópico que temos vivenciado e colocando mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ em risco aumentado de violências, como evidenciado por todas as organizações de direitos humanos com seus dados produzidos sobre intensa violência contra os defensores de direitos humanos e de proteção a grupos minorizados (Benevides, 2022, p. 12).

Nesse formato o Estado também atua e age por meio de ações necropolíticas, que conforme Mbembe (2016) trata-se do poder e capacidade de ser ditado quem deve morrer e quem pode viver, nessa lógica matar e deixar viver constituem os limites da soberania e exercem controle sobre a mortalidade. A morte aparece enquanto uma questão política (seja real ou simbólica), onde algumas subjetividades tornam-se “excessos” dentro da dinâmica capitalista, criando uma soberania e descartabilidade, segregando as vivências que importam e as que não importam.

Caravaca-Morera e Padilha (2018) intitulam de necropoder trans o processo de submissão da vida das pessoas trans frente ao poder da morte e da sua invisibilidade, sendo

essa um exercício sistemático de violência, terror, negligência e apagamento. Essa forma necropolítica se constitui de forma sistêmica, estrutural e institucional, incluindo a dinâmica social e suas variáveis familiares, religiosas, médicas, escolares, culturais e políticas, apresenta-se de diversas formas, dentre elas justificativa do direito de matar, invisibilizar ou promover os suicídios.

Para os autores, pode-se perceber uma normativa legal e social de exclusão, invisibilização, rejeição, estigmatização e fetichização dos corpos trans e travestis, gestada por marcos jurídico-legais, por uma perspectiva da colonialidade, por uma normativa social, sexista, classista e heterocisnormativa.

A fetichização e fragmentação do corpo trans que a moral, a política e a sociedade diagnosticam, catalogam e condenam como estranho e plausível a homicídios (literais e metafóricos), que na maioria das vezes são caracterizados pela impunidade do agressor, percebe-se o efeito da transfobia e o terrorismo sofrido, através de diversas artimanhas de violência e abandono (Caravaca-Morera; Padilha, 2018, p. 6).

O necropoder trans opera de diversas formas, seja na reprodução da lógica binária pelos discursos médicos, no discurso religioso embasado em valores “morais” e no próprio campo jurídico. Benevides (2022) refere que o legislativo ainda se mantém omissos quanto a proposição de projetos que criminalizem atos transfóbicos, pelo contrário, tais espaços acabam por, muitas vezes, institucionalizar a transfobia e o racismo de gênero. Além disso, muitos direitos já conquistados sofrem entraves quanto a sua efetivação e garantia.

Dentre outras ações, a ANTRA cita a ausência de dados sobre a violência da LGBTfobia pelo estado, dificuldade de inclusão de questões LGBTQIA+ no censo demográfico, o apagão de informações de fontes como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e o DISQUE 100, a política externa transfóbica e cissexista do Itamaraty e do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, essas sendo algumas das muitas ações de apagamento e aniquilamento das subjetividades trans, que tornam o Brasil um dos piores países para ser LGBTQIAP+ no mundo.

De acordo com o dossiê divulgado pela ANTRA, o Brasil é o país em que mais ocorrem homicídios de travestis e transexuais, havendo cerca de um a cada 48 horas. No ano de 2022 ocorreram 131 assassinatos de pessoas trans, destes, 130 eram travestis e mulheres trans e 1 era de um homem trans (Benevides, 2023). Em 2023, houve um aumento desse número para 145 vítimas (Benevides, 2024).

Em relação aos dados absolutos dos últimos 7 anos, produzidos entre os anos de 2017 e 2023, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1057 (um mil e cinquenta e sete) assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias brasileiras. Sendo 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). O que representa uma média de 151 assassinatos por ano e 13 casos por mês (Benevides, 2024, p.43).

Conforme dados coletados da Rede Trans (2023) no ano de 2022 foram registrados 100 assassinatos de pessoas trans e travestis no país, e 118 mortes violentas, considerando suicídio e mortes causadas por intervenções cirúrgicas (Araújo; Nogueira e Cabral, 2023). Em 2024, a Rede Trans registrou um aumento de 11% no número dos casos, chegando a 119 casos de homicídios, além dos números de suicídio, tentativas de homicídio e violações de direitos humanos.

No contexto brasileiro, a população transexual e travesti sofre diariamente com os efeitos da transfobia, que impacta em várias áreas e se produz formas variadas de violência, desde a baixa escolarização ou evasão escolar, dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, acesso à serviços de saúde e outras tantas violações de direitos.

Percebe-se dificuldades de acolhimento em serviços de saúde e de proteção de direitos básicos, além de falta de aplicação de programas sociais e políticas públicas que auxiliem e apoiem, tendo algumas já sido criadas, mas que não recebem verbas para manterem-se efetivas (Pardini; Oliveira, 2017). Dentro desse contexto de marginalização encontra-se também a violência intrafamiliar, onde estima-se que por volta dos treze anos de idade muitas adolescentes trans e travestis são expulsas de casa e é também dentro da própria família onde sofrem as primeiras agressões e exclusões (Benevides; Aguiar, 2018).

Outro ponto é na vida escolar, havendo dificuldades de se manterem dentro da estrutura formal de ensino, pois há nesses espaços a proibição de discussão sobre gênero, impossibilidade do uso do nome social e do banheiro nos espaços públicos, além de assédio, bullying e violências verbais e físicas. A baixa escolaridade acarreta na dificuldade de inserção ao mercado formal de trabalho, que se coloca como um impeditivo além do próprio preconceito existente, fazendo com que 90% da população de travestis e mulheres transexuais sobrevivam da prostituição (Benevides; Aguiar, 2018).

Benevides e Aguiar (2018) informam que há muita dificuldade na obtenção de dados mais específicos para estudo, por não haverem censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que mapeiem as violências a nível nacional e a informações sociodemográficas da população LGBTQIAP+.

Isso evidencia ainda mais a invisibilidade social da população trans e travesti, e dificulta o fomento de políticas de combate a violência. Outro ponto são os preconceitos ao denunciar casos de violências, que acabam estigmatizando e culpabilizando aquelas que chegam nas delegacias.

No ano de 2022, na realização do novo Censo houve a determinação judicial para que houvesse a inclusão das perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual durante as pesquisas, porém, em nota o IBGE informou que:

Não é possível incluir no questionário perguntas sobre “orientação sexual/identidade de gênero” com técnica e metodologia responsáveis e adequadas - muito menos com os cuidados e o respeito que o tema e a sociedade merecem. Haverá impacto financeiro severo, especialmente se for constatada a necessidade de mudança metodológica, caso as perguntas precisem ser respondidas individualmente - exigindo que as informações sejam coletadas com a própria pessoa - o que aumentaria a necessidade de revisitar, correndo o risco de inviabilizar a operação censitária. Essas mudanças podem diminuir significativamente a produtividade do recenseador e elevar o tempo de coleta como um todo, aumentando o gasto com mensalistas, aluguéis, dentre outros (...) Inserir tais quesitos em um Censo Demográfico, em cima da hora, sem prévios estudos, testes e treinamentos, seria ignorar a complexidade e o rigor de uma operação censitária do porte continental da brasileira - cuja discussão e elaboração dos questionários e sucessivos planejamentos e preparações se iniciaram em 2016 (IBGE, 2022, online).

Percebe-se um descaso do Estado quanto às demandas em relação à LGBTQIAPfobia, no sistema judiciário ou pela segurança pública, polícias civis e militares, em que nenhum desses espaços mostrou-se efetivo quanto à produção de informações acerca das violências contra a comunidade (Benevides, 2023). Sendo percebido um sistema que desestimula a produção dessas informações sobre a violência contra pessoas trans e que torna-se responsável pela geração e manutenção da subnotificação como política institucional (Benevides, 2023).

Apesar de todos os esforços feitos pelas instituições que produzem informações sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+, continuamos com uma ausência extrema de dados governamentais e sem informações sobre a população LGBTQIA+ vinda do Estado. Sejam dados populacionais ou específicos sobre acesso à saúde e os impactos da violência, entre outros. A invisibilização continua junto ao apagão e a subnotificação intencionais. Assim como a dificuldade de busca de informações nos estados e municípios, que seguem omissas as respostas diante da situação geral em que pessoas LGBTQIA+ vem sendo (ex)postas. O próprio Atlas da Violência já vem denunciando a dificuldade de obter informações sobre LGBTQIfobia em seus levantamentos (Benevides, 2023, p.12).

Há uma série de dificuldades na obtenção de dados, seja sobre o contingente populacional LGBTQIAP+ no país, seja sobre os dados de violência, o que acaba sendo feito

por meio de grupos não governamentais, associações e ONGs, novamente sendo possível retomar a questão necropolítica vigente de apagamento e exclusão. Tudo isso reforçado com as políticas neoconservadoras que ganharam força no país nos últimos anos, fomentando políticas de desinformação e *fake news*.

Os dados apresentados servem para evidenciar ainda mais a relevância de dados e a produção científica que implique pessoas cisgênero nesse processo de violência, apagamento e de desinformações. O que essa pesquisa se propõe é seguir a partir da perspectiva transfeminista, entendendo que o objetivo desse movimento é de pensar o cenário de discussões feministas a partir de um diálogo coletivo e interseccional, ampliando lugares de fala e também de escuta, ampliando a dinâmica de deslocar o falar sobre para o falar das sujeitas trans e travestis, fortalecendo espaços para que essas mulheres falem sobre si, assumindo processos de produções discursivas, subjetividades passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização (Nascimento, 2021).

Essa escrita não tem por objetivo lançar um olhar sobre essas vivências e falar por/sobre elas, mas de outro modo, objetiva olhar para as vivências cis, saindo da normatividade e a colocando enquanto uma categoria de análise. De pensá-las enquanto (re)produtoras de normativas e como responsáveis pela manutenção de comportamentos transfóbicos. Dessa forma, no capítulo a seguir abordo sobre a cisgeneridade e suas normatividades, sobre a binariedade e suas articulações com as identidades de gênero que não atuam em conformidade com este padrão regulatório.

4. GÊNERO, CISGENERIDADES E NORMATIVAS BINÁRIAS

4.1. Da construção de gênero

Essa pesquisa trabalha com um olhar para a cisgeneridade, a transexualidade e a travestilidade, entendendo-as como parte das composições de ser, existir e experienciar gênero. Podendo-se pensar gênero em um primeiro momento como a forma com a qual há a identificação subjetiva, independente da lógica binária atribuída.

A identidade de gênero define-se como uma percepção pessoal de cada um e é a partir da expressão de gênero que isso será manifestado publicamente, seja por meio das vestes, nome, cabelo, voz, comportamentos, modos de interação e características individuais (Princípios, 2006).

As identidades de gênero usualmente são confundidas com a orientação sexual, cabendo ressaltar que não são a mesma coisa, ambas terminologias são tensionadas a partir de estudos da teoria *queer*, pela compreensão de que sexualidade e gênero perpassam diversos fatores e possuem uma diversas de formas de ser vividos e expressados, como experiências subjetivas. Dessa forma, tais marcadores constituem-se como categorizações estanques de modos de afetações e experiências múltiplas. Porém, para essa composição acredito ser importante uma breve contextualização dessa diferenciação, uma vez que esses conceitos irão aparecer mais vezes ao longo do texto. Como orientação sexual pode-se pensar na atração sexual, erótica e/ou romântica de uma pessoa para com a outra, referindo-se a capacidade de alguém ter uma atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero semelhante, de gênero diferente, de mais de um gênero ou de pessoas sem gênero, dentro dessa perspectiva encontram-se homossexuais, heterossexuais, bissexuais ou pansexuais, dentre outras orientações (Princípios, 2006).

Como cisgêneros entendem-se as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, sendo por muito tempo esse o padrão social tido como a “normalidade”, porém, esse padrão de normalidade inexistente, uma vez que a cisgeneridade não é a única forma de expressão de sexualidade existente (Jesus, 2012).

A transexualidade é entendida como a identidade na qual as pessoas se reconhecem de maneira diversa ao que foi designado em seu nascimento, sendo assim, uma mulher transexual é toda aquela que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher, o mesmo ocorrendo para homem transexual, aquele que reivindica o reconhecimento como homem (Jesus, 2012).

A identidade travesti é uma identidade feminina, compõe-se pelas pessoas que vivenciam lugares de gênero feminino, mas que não se reconhecem nem como homens, nem como mulheres, mas, como um terceiro gênero ou de um não-gênero (Jesus, 2012).

Considero importante apresentar o conceito de gênero que utilizo para essa pesquisa e de qual contexto histórico que falo, pois o campo de estudos de gênero é amplo e com diversas mudanças históricas ao longo de seus estudos, principalmente no meio acadêmico e fortemente influenciado pelos estudos dos movimentos feministas, *queer* e decoloniais. Para esse estudo, utilizarei os pressupostos de Judith Butler e Paul Preciado.

Butler (2003) refere que tanto o sexo quanto o gênero são culturalmente construídos por um discurso regulador. Nesse discurso, os lugares de “homem” e “mulher” são cristalizados na sociedade e formam-se a partir de atos repetidos de gestos, ações, símbolos e posturas que denomina como atos performativos. Nessa compreensão os termos sexo e gênero sendo contestáveis e não naturais, mas naturalizados, fazendo uma crítica ao modelo binário. Para ela, não se pode falar do sexo como algo natural e do gênero como algo construído, o gênero é um ponto de convergência entre conjuntos de relações, culturais e historicamente convergentes.

O gênero pode ser entendido enquanto performativo, pois, se esse gênero é um conjunto de atos repetidos dentro de um modelo de regulação, a identidade é constituída a partir dos resultados desses atos (Butler, 2003). Nomeia esse processo como performatividade, que é um conjunto de atos que faz surgir a identidade de gênero como uma paródia que se produz nas relações de poder. Com as relações de poder há a incorporação da lei, produzindo corpos que significam essa lei, ou seja, os atos corpóreos reproduzem normas sociais que foram instituídas e repetidas continuamente, produzindo uma “essência interior”, porém, o gênero não se encontra no interior de cada sujeito, mas em seus atos corpóreos. Dessa forma, compreende-se que sexo e gênero acontecem por meio da linguagem (Butler, 2003).

Avançando nessa perspectiva, Preciado (2002) defende uma materialidade do conceito de gênero, além de ser linguístico. Para isso ele utiliza o exemplo do dildo, uma prótese que vai além da imitação, que cria e reconfigura aquilo que pretende complementar.

Dentre essas regulações de controle, encontram-se a cisnormatividade, heteronormatividade e suas articulações com perspectivas binárias de gênero, que serão trabalhadas a seguir.

4.2. Cisnorma, cisgeneridade e cisnormatividade

Um ponto importante e necessário para a construção desta pesquisa é a de operar uma mudança no que se pesquisa de forma usual conforme o ciscentrismo. O que busco é uma mudança de perspectiva, colocando sujeitos cis em análise e compreender como a sua constituição e posição subjetiva se alicerça, constrói e reforça a partir de pactos, privilégios e de sua suposta naturalidade e fixidez.

Bonassi (2017) em seu estudo sobre a cisnorma, refere que tal conceito denota uma falsa ideia de normalidade legítima, saudável, natural e verdadeira apenas para as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado no momento do nascimento, em que tais sujeitos assumem os pressupostos binários (homem/mulher).

Refere que há uma formação discursiva cisnormativa que fundamenta tal racionalidade binária, como enunciados religiosos (trechos bíblicos), enunciados de manuais técnicos, referências médicas e psicológicas (que patologizam pessoas trans, travestis, intersexuais e não binários) e na legislação do país (onde há uma omissão das possibilidades identitárias divergentes da binária e a classificação sexuada de crianças desde o nascimento). Assim, são constituídas as técnicas e dispositivos de regulação e (re)produção da cisgeneridade, sendo eles:

1) pela religião judaicocristã a produção da culpa, do medo de punição, do mito do amor cisgênero e heterossexual como a única possibilidade de união válida, e a confissão de si; 2) pela biomedicina, psiquiatria e outros saberes psi, a verificação anatômica a partir de uma racionalidade binária, a classificação em um sexo binário e cisgênero, a produção da anatomia binária e cisgênera quando essa não está presente ao nascimento, a codificação da sexualidade normal pelos manuais diagnósticos estatísticos e a patologização como transtorno mental severo das pessoas não cisgêneras; e 3) pelo direito brasileiro, a regulamentação via lei nacional da obrigatoriedade de registro de um sexo, a premissa de imutabilidade do prenome que supõe a estabilidade no tempo do sexo que foi registrado, a omissão nos textos legais de sexos não binários e a cisgeneridade assumida pela lei ao regulamentar ações de órgãos públicos. O enunciado do sexo binário e cisgênero perpassa os três eixos analíticos e tem efeitos de regulação e produção de sujeitos (Bonassi, 2017, p. 5).

Para Nascimento (2021, p. 99) “o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados”. Como informa a autora, a cisnormatividade coloca os cisgêneros enquanto naturais, uma categoria pronta e imutável na qual não se faz possível ou necessária a análise e as reflexões de suas vivências e práticas. Tal afirmação de uma naturalidade cis é irreal, marcando uma onipotência criada e fomentadas pelos sujeitos

cis que serve para a manutenção de seus espaços de dominância.

A cisgeneridade pode ser pensada enquanto uma categoria analítica das relações de gênero e se relaciona com a anormalização, inferiorização e extermínio de corpos que estão em desacordo com a cisnormatividade (Vergueiro, 2016). A autora define que a cisgeneridade pode ser entendida como uma identidade de gênero das pessoas cuja experiência do gênero corresponde ao que foi atribuído em seu nascimento, colocando os sujeitos cis como também pertencentes a uma identidade de gênero, uma vez que parece dado que cisgêneros possuem o gênero (estanque, imutável, único e normativo), enquanto pessoas trans possuem identidades de gênero.

Vergueiro (2016) refere que existem diversas discursividades reiteradas constantemente sobre a suposta “naturalidade” cisgênera, como por exemplo, o uso do termo “biológico”, “sexo de verdade”, a defesa de uma ideia binária que busca normatizar os corpos dentro da lógica “feminina” e “masculina”, a necessidade de regulação dos corpos não cis por meio de discursos médicos, de patologização, medicalização, procedimentos cirúrgicos e estéticos.

Rompendo com o binarismo, as performances corporais trans transgridem essas normativas, uma vez que reelaboram novas formas de ser e produzir, abandonando as ideias únicas de masculinidade/feminilidade (Nascimento, 2021). Sexo e gênero são conceitos produzidos e reiterados por práticas discursivas, culturais e históricas, dessa forma, gênero e sexo, ao estarem relacionados, determinam como genuínos apenas corpos cis, sem brechas para outras corporalidades; um cenário que favorece as pessoas cis em uma hierarquia de poder e privilégios e que as encobre de assimilar que seus gêneros também são produzidos (Nascimento, 2021).

Gaspodini e Jesus (2020) referem que há um pressuposto em que um conjunto de crenças posicionaram alguns grupos sociais como centrais e superiores em detrimento de demais identidades que foram colocadas como marginais e inferiores, sendo tais crenças reiteradas de forma cotidiana, reforçando práticas de invisibilização e estigmatização. Em resumo, no processo de constituição subjetiva há a fundamentação de crenças de superioridade em determinados grupos, por meio de aprendizados culturais e de certas práticas, que acabam por culminar em expressões de violência.

Tais mecanismos se baseiam em uma perspectiva cis centrada que possui duas dimensões, em que a primeira é consideração de que o sexo biológico é o que determina gênero, desconsiderando o caráter psicossocial da construção dos gêneros e excluindo pessoas que vivem em desacordo com a ideia da existência de um “sexo designado”. A

segunda é considerar a existência de apenas dois sexos binários e excludentes, que rejeitam qualquer variabilidade ou diversidade de características anatômicas-fisiológicas que esteja em desacordo com o modelo macho-fêmea (Gaspodini; Jesus, 2020).

De acordo com Gomes (2018) é essencial pensar o gênero como uma categoria de análise a partir de uma perspectiva decolonial, na qual é preciso identificar a colonialidade como organizada de modo binário e hierárquico, por pares opostos que sustentam essas relações e a estruturam. Sendo importante trabalhar nos entre-lugares dos binarismos, fazendo borras nessas estruturas estanques. Com isso, pode-se desestabilizar certas categorias como mulheres, homens, sexo e corpo.

Usar o gênero como categoria de análise decolonial significará empreender estudos que vejam que o que hoje entendemos ou usamos como sexo/gênero foi construído no performativo da colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção, ou seja, raça, sexo e gênero não surgem como conceitos separados, mas são forjados numa mesma matriz que tem como estrutura binária central aquela de humanos/não-humanos. E isso significará pensar que se há um “ideal” do gênero, como aponta a teoria da performatividade, esse ideal não é apenas um ideal heteronormativo, mas também um ideal branco: nesse processo relacional do colonialismo que é ou que se sustenta como poder por ser processo de desumanização do “não-europeu” que atribuí a este o lugar da natureza e do corpo – desprovidos de cultura e desprovidos de razão – a dimensão generificada do humano também lhe é negada e se atribui a estes apenas o sexo (Gomes, 2018, p.77).

Em uma ideia de criação de borras e entre-lugares, como Gomes (2018) coloca, pode-se pensar a existência das posições não binárias, que tensionam e desconfortam as normativas cis e binárias, recriando e experienciando novas formas de fazer e expressar gênero (ou de recusá-lo). Bonassi (2017) refere a não binariedade como um lugar possível de existência, de uma sustentação de instabilidade e contra gramatical,

mais do que me afirmar como não binária eu queria identificar quais campos de saber e poder delimitavam o binarismo cisgênero existente como norma. Negando a imposição, eu me via cunhar algo possível de habitar. O binarismo imperativo pesava nas minhas costas como uma posição impossível: “seja mulher, se não quer ser mulher pode ser homem, mas esteja no que é inteligível, porque fora do inteligível não há amor” (Bonassi, 2017, p.16).

Questionar as normatividades é abrir espaços para desestabilizar tais estruturas, retirando-as de seu pedestal hegemônico, apesar das resistências e dificuldades apresentadas, seja dentro ou fora da academia. Besen (2018) questiona sobre a implicação de pesquisadores cis na construção de suas escritas, quando sentem-se no direito de colocar pessoas trans e travestis sob o olhar da ciência. A partir de uma construção minuciosa, Besen (2018) vai

revelando uma série de construções cis que visam nunca se pensar enquanto generificados, que se percebem de forma rígida e imutável, porém, tais concepções falsamente percebidas, pois, pessoas cis passam por processos de fluidez, dúvidas e mudanças.

Repensar a fixidez da cisgeneridade e a sua fluidez é também colocá-la em análise e implicá-la, desvelando sua máscara de fixidez que não se propõe a pensar sobre si e quando pensa, coloca-se como “natural”, apoiando-se em sua posição de privilégio ao submeter as demais à sua lupa analítica.

A fixidez do sexo/gênero, assim, se fortalece enquanto natureza social dada uma vez que o deslocamento não é feito, apenas reforçado, em cima das pessoas trans: “como é possível mudar a natureza/ser fluído?” quando a pergunta deveria ser “qual a construção que permite com que pensemos nós mesmos como pessoas fixas e as pessoas trans como fluídas?” (Besen, 2018, p.34).

Seguindo nessa discussão, Pfeil e Pfeil (2022) retomam a conceitualização de “cisgeneridade”, um termo de surgimento complexo, que advém dos movimentos sociais de pessoas trans, como uma forma de luta contra a patologização e em defesa de processos de autodeterminação, sendo uma forma de desnaturalizar e criticar essa ideia de norma e naturalização de determinados corpos binários.

Os autores discutem sobre a dificuldade e resistência de pessoas cis em reconhecerem-se, ou ainda, a rejeição e negação do reconhecimento do lugar social que ocupam. De forma semelhante aos processos da branquitude e as alianças e privilégios ali existentes, defendem uma similaridade com a cisgeneridade, nomeado como colonialidade ciscigênera¹³.

Nós, pessoas cis temos dificuldade e apresentamos resistência em nos pensarmos como generificados, marcando sempre o lugar do Outro, rejeitamos esse conceito e em muitas das nossas produções nos utilizamos de estudo sobre pessoas trans, parando pouco para olhar para nós mesmos e o que nós causamos e afetamos em nossos processos de construção subjetiva.

Ao atribuímos o caráter de “ciscigênera/o” a uma pessoa cis, nos deparamos com duas reações frequentes: o desconhecimento da categoria ou a rejeição de sua atribuição. A reação dramática da pessoa cis se configura, desse modo, como uma regressão, como o retorno a um estado de desenvolvimento prematuro, em que o sujeito readquire comportamentos infantis; por exemplo, chorar,

¹³ Termo utilizado para caracterizar uma variação da colonialidade de gênero que se direciona especificamente à perpetuação da cisnormatividade, e que possui como uma de suas características centrais o silenciamento, a exclusão e a deslegitimação de saberes produzidos por pessoas trans, assim como de reivindicações políticas desenvolvidas pelas mesmas (Pfeil; Pfeil, 2022).

tomar uma postura reativa, se irritar demasiadamente e agir como vítima ofendida, interromper deliberadamente a fala do sujeito que aponta para suas projeções, ou retrucar deliberadamente (...) Quando pessoas cis negam sua cisgêneridade, alegam que não são pessoas cis e sim somente pessoas [“eu não sou uma mulher cis, sou apenas uma mulher”], dizem que são ‘não-trans’ ao invés de cisgêneras, o que estão realmente negando? O que realmente significa a negação de uma terminologia, de uma categoria crítica que, ao contrário de categorias diagnósticas, propõe a desnaturalização de um grupo social em suas diversas facetas? Uma terminologia não se limita a si mesma, mas abarca sua história, sua geografia, sua enunciação (Pfeil; Pfeil, 2022, p.15).

Oliveira (2023) pontua sobre o posicionamento central de pessoas cisgêneras, brancas e heterossexuais, colocadas como a norma humana, como uma extensão natural que nega demais subjetividades em um discurso de que se é apenas “humano”. Conforme ela, atribuir às pessoas brancas cishetero uma raça, um gênero e uma sexualidade permite deslocá-las da posição de poder e exclusividade, retirando a autoridade com a qual se fala, age e opera no mundo. Essa forma, sendo uma das formas de remoção desse silêncio da cisgêneridade, que se constitui como estratégico e de manutenção de seus papéis estáveis, fomentando a continuidade de criação de categorias, conceitos, teorias, instituição de regras entre “normalidade”, “patologia” e sujeitos de estudo.

Além de todos os entendimentos já referidos, a cisheteronormatividade possui uma outra relação, em que se atrela à heteronormatividade. Ambas se constituem pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgêneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis. Sendo que essas práticas organizam diversos fatores, dentre eles moralidades, ideais de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero (Vergueiro, 2016).

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (Petry; Meyer, 2011, p. 195).

Jesus (2013) refere o termo heterocentrismo, como um conjunto de crenças sobre a orientação sexual, que tem como perspectiva a heterossexualidade como superior às demais orientações sexuais. A constituição se dá de forma semelhante ao ciscentrismo, na qual fundamenta aprendizagens cotidianas em contextos culturais, que culminam em práticas de estigmatização e violência de pessoas não heterossexuais.

Conforme ela, a heterossexualidade ocupa uma posição central na questão da orientação sexual, fazendo com que haja uma expectativa ou criação de normas sociais em

que a sexualidade é compartilhada a partir do gênero dos sujeitos, em que espera-se a atração de homens por mulheres e vice-versa. Dessa forma, as orientações sexuais não hetero centradas foram condenadas a sofrer com estigma e invisibilidade devido a crença da superioridade da heterossexualidade.

Neste capítulo abordei sobre a constituição da cisgeneridade que se pensa como naturalizado e reduz as demais posições subjetivas como passíveis de seu olhar de pesquisador sem se implicar. Dessa forma, acredito ser importante para essa pesquisa narrar o meu processo de assumir-me cis, colocando esta como uma identidade não natural, inclusive em minha construção e percepção de mim. O que trabalharei no seguinte capítulo.

5. LUGAR DE FALO

O falo é entendido como representante simbólico do pênis, porém não se reduz ao órgão masculino na sua forma fisiológica, ou seja, o conceito não se restringe à mera representação do membro viril masculino e sua consequente função reprodutora. Deve-se entender a ideia de Falo enquanto uma construção simbólica que se contrai no imaginário humano, designando um conglomerado de signos historicamente construídos relativos à importância do homem na sociedade e à inferioridade da mulher. Em suma, o Falo representa o poder sobrenatural que seu portador carrega, criando um sentimento de soberba megalomaniaco (...) Na prática, o Falo se mostra como uma autoafirmação diante do rival, nas mais diversas formas. A substituição fálica representa, pois, a própria prepotência refletida pelo duelo edípico. Quanto maior for o recalque maior será seu ímpeto por estima. Em última análise, pode-se dizer que todos os indivíduos são dotados de uma autoestima frágil e estão ávidos por se auto afirmar; não existe, assim, soberba ou altivez, mas sim a substituição pelo Falo (Adaid, 2016, p. 74).

Essa pesquisa e escrita demandou me repensar, ou pensar-me de diversas formas. Como homem, como cis, como gay, como alguém que desfruta de uma posição subjetiva e discursiva, como detentor de privilégios e também como fálico. A questão que por muito tempo retornou foi sobre como encarar todas essas temáticas e conceitualizações e assumi-las, como parte de mim e parte desse escrito.

Essa pesquisa perpassou as mais diversas encruzilhadas desde seu projeto. Falar sobre, falar por, falar com, falar de... De quem é o corpo marcado aqui? De quais corpos se constitui essa narrativa? Sobre quem é?

Constantemente a pergunta “mas está falando sobre homens ou sobre mulheres?”. Há a recusa em falar sobre mulheres, novamente, um homem que fala sobre mulheres falando como os homens sempre falam. “Mas então está falando sobre homens?”. Não sei, por tantas vezes me questionei “será que estou?”. E se eu não estiver e estiver apenas falando sobre mulheres, achando que falo sobre homens? “Então é preciso que se coloque corpo no texto, que se fale do que se sente”. E como é que se coloca o corpo em um texto? E que corpo é esse? E não seria isso um texto sobre mim? E qual o risco de escrever sobre mim, quando o que menos quero é tornar algo sobre mim? E o objetivo da pesquisa, que deveria ser outro? Mas então, quem eu sou? Como se marca esse corpo pesquisador escritor que não apenas pela observação?

Ao longo da construção desse escrito revisitei muitas coisas de minha própria constituição e talvez tenha compreendido um pouco sobre o que é preciso fazer. Não sei como, mas talvez saiba o quê. Novamente a dúvida, mas o que tem a ver o que percebo em mim com tudo isso sobre o quê escrevo? E talvez, sabe lá o que não tenha a ver.

Quando o projeto para essa pesquisa foi realizado, o objetivo era a continuidade de um Trabalho de Conclusão de Curso. Já nem recorro mais quais semelhanças ainda existem. Em minha banca de qualificação para essa pesquisa, me propus pensar as dinâmicas relacionais entre atrizes e atores, pensando e articulando suas performatividades e utilizando dos comentários dos vídeos de pornografia como disparadores. Porém, o campo me surpreendeu e a própria escrita com a qual me deparei. Falava de homens, sobre homens.

Por muito tempo de minha vida evitei pensar em mim como generificado, quais as marcas de todo esse processo que incorrem em mim e se fazem presentes. Meu privilégio de passabilidade talvez fizesse pensar em uma não binaridade, a qual eu nem mesmo performo em meu cotidiano, então, o momento da escrita me acertou em cheio e me fez travar. Era realmente preciso encarar e assumir meus homens... E não sou eu um homem, então?

Curiosa perspectiva e nem tão surpresa aos outros, talvez muito mais a mim. Pois então, como me tornei homem? E como me tornei um homem cis escrevendo sobre homens cis? E como nós homens cis nos pensamos, aliciamos e questionamos?

Por muitos anos tive medo de homens. Desde a infância. Passar por homens na rua arrepiava os pelos do corpo, deixava-me em estado de alerta. Sempre evitei homens, familiares, amigos de amigas. Conviver com eles lembrava-me de outros homens e, lembrando de outros homens, tinha medo. E agora, aqui estou eu, falando e pesquisando homens. Não os mesmos, mas ainda assim, nós homens, porém, agora em uma torção do que antes foi.

É curiosa essa posição neste momento, antes, os dedos dos homens se apontavam a mim, dirigindo-me insultos (e às vezes objetos, ou membros), agora, aqui estou sentado questionando comentários de outros homens. Porém, desta vez não é ele (eu), o Outro, um jovem veadinho apontado. Somos nós homens, todos nós, implicados nesse processo, todos nós nos apontando os dedos ao invés de criarmos um espaço de *brotheragem*. Sem um “errei, fui moleque” ou um “não sabia, ninguém me explicou”, esse é o momento de olharmos, implicarmos e até criticarmos com tudo isso. Porém, o detentor fálico da escrita nesse momento sou eu, e os homens serão aqui narrados por mim, um homem que se implicou, e muito, nessa pesquisa. Que agora eu possa narrar homens, assumindo-me como um, porém não em conluio, mas como parte dissidente do bando (não consigo escrever bando sem pensar em uma ideia risível de macho alfa).

Quando nasci, fui designado como homem, por meio da lógica binária de sexo/gênero, fui nomeado como homem e “criado como homem”, ainda que na maior parte da vida sofresse punições por não me identificar com essa masculinidade compulsoriamente

imposta. Queria explorar o campo das princesas, o colorido e os brilhos, queria brincar de bonecas, mas gostava de brincar com animais, com dragões e outras criaturas. Apesar de rejeitar veementemente tudo o que fosse masculino demais, todos os carrinhos viviam guardados, todos os bonecos de guerra eram colocados fora e o maldito futebol de toda terça-feira era a minha punição uma vez que não “fui capaz” de performar o masculino.

O gênero ao qual me digo pertencente me foi imposto, com a imposição do gênero, a performatividade dele era esperada, mas que maldita performance poderia eu saber? Eu não queria essa performance masculina, eu queria era ser uma criança e brincar de criar o mundo da minha própria forma. O gênero masculino me foi imposto, mas me foi tomado quando eu não dei conta de sustentar suas performances. Lembro de na pré-escola ter meus comportamentos questionados como “não sendo coisa de menino”. Lembro mais adiante, no fundamental, de ir ao banheiro e ouvir que meu banheiro não era nem o masculino e nem o feminino, que deveria haver um terceiro banheiro, quase como se fosse um outro gênero. Insuficiente demais para cumprir o lugar de homem com H, mas ainda assim não pertencente à categoria do feminino, relegado a um lugar de Outro errante, um Outro que não nem de um e nem de outro, mas que também não deveria existir, uma existência incorreta, um erro na matriz binária.

Ora, pois então o gênero é um jogo de mão única? Eu sou forçado a ser homem, mas se não correspondo à masculinidade, então esse gênero me é tomado, e ainda não posso ocupar um outro gênero, me restando a posição de um não ser um gênero. Porém, não vou aceitar que meu gênero seja retirado, uma vez que a sua inserção em mim fez-se de modo violento, traumático e cruel. A cisnormatividade e acima de tudo a masculinidade cobrou seu preço de mim em meu desenvolvimento e segue fazendo isso cotidianamente.

Eu poderia tensionar tudo isso, assumir a minha forma não-binária e performar aquilo que meu mais íntimo revela, porém, neste momento recuso a assunção dessa performance e OUSO e reclamo para mim a performática de um homem cisgênero afeminado, um homem que flerta com o feminino, que performa o feminino por meio do gestual, práticas e posturas, que gosta de saltos, saias e maquiagem, porém, mantenho-me firme na categoria de homem, mas não por rejeição ao feminino, pelo contrário, na busca da feminização do masculino.

Ainda que tome essa performance do feminino em momentos diversos, reconheço a minha passabilidade e possibilidade de mudança quando em frente a ameaças ou riscos, tal posição impossível para mulheres trans que enfrentam cotidianamente os riscos.

O gênero que me foi imposto e depois foi tentado ser tomado, não me será tomado, uma vez que me afirmo nele de modo político na reconstrução de uma categoria de

masculinidade, essa não hegemônica, essa categoria de um homem cis afeminado que subverte e lança a cara da misoginia na sua rejeição pelo feminino e que não se deixa ser tomado como um Outro, mas que se coloca com um igual, fomentando no masculino o seu medo de tornar-se feminino.

O que busco ao manter-me momentaneamente nesse espaço é a criação de ranhuras dentro da estrutura do cis-tema por dentro do seu próprio funcionamento, na criação de linhas de fuga, de suscitar desconfortos e indagações, “mas é homem e se veste de mulher?”, com a resposta de que somos homens, logo somos semelhantes, assumo o homem para tornar-me espelho do outro homem que tem medo de olhar para si enquanto potencialmente feminino. Sei e entendo que não assumir uma não-binariedade talvez reforce a binaridade, mas meu objetivo é trazer ranhuras não-binárias ainda em um campo binário, entendo que as lutas contra a cisnormatividade podem ser operadas de diferentes formas e a maneira pela qual eu escolho operar a minha é nessa reivindicação do meu gênero masculino, ainda que me tenha sido negado por diversas vezes, esse que me foi imposto e que agora eu imponho que me seja dado.

Desse modo, reconheço-me como um sujeito que foi autorizado a falar em muitos espaços, por ocupar um lugar de homem, branco, cisgênero, esse é meu espaço e no qual me foi autorizada a fala, e esse não é um lugar absoluto apesar de extremamente hierárquico e com isso penso em olhar para essa construção cis. Principalmente porque sempre aponta-se o Outro enquanto o sujeito diferente, ou seja, aponta-se pessoas trans enquanto as Outras, mas pouco se fala do local cis e há muito o que se falar.

Se considerarmos que as produções pornográficas são feitas para consumo de homens, brancos e cisgêneros, que a transfobia é praticada majoritariamente por homens cis, essa é uma problemática de pessoas cis. Aqui, recorro novamente a Ribeiro (2017) quando fala que o racismo é uma questão dos brancos, na mesma lógica, a transfobia é então um problema dos cisgêneros.

Nesse capítulo referi minha implicação enquanto homem cisgênero nos processos de construção e manutenção da cisnormatividade e da masculinidade. No capítulo seguinte, inicio falando sobre a pornografia por meio de diferentes autores e sobre a construção dos seus elementos constitutivos, além dos índices e impactos do consumo e as construções subjetivas da pornografia nos consumidores.

6. DO CONSUMO E DAS PORNOGRAFIAS

6.1. As pornografias

A pornografia é um território em disputa e de difícil conceitualização epistêmica. Assim como é capturada pelo capitalismo e suas formas de produção de desejo e consumo, recebe críticas pela sua manutenção de estereótipos e estruturas sexistas, por outro lado, é defendida como uma potência de expressão de diversos corpos, existências e práticas. Diferentes movimentos buscam apropriar-se desse espaço, recriando e subvertendo a hegemonia de grandes produtoras na construção de prazeres eróticos, de corpos dissidentes e novas práticas de construções de desejo.

É inegável o impacto que a pornografia têm na constituição subjetiva e também como elemento de acesso, de consumo e de manutenção das práticas sexuais. Qualquer material é repleto de visualizações, tudo é visto, consumido e muito acessado.

Conceituar pornografia é uma questão complexa, devido a sua multiplicidade de formas e apresentações. Encontra-se a pornografia na forma de imagens, vídeos, literatura, por telefone, na internet, feita por produtoras, de forma caseira, pornografia *mainstream*, pornografia feminista. Neste capítulo conceitua-se a pornografia a partir de seus efeitos, de sua estrutura enquanto pedagógica e seus atravessamentos sexopolíticos.

Pode-se compreender a pornografia como todo e qualquer material que seja sexualmente explícito e que busca produzir excitação sexual em seus espectadores, seja por meio de fotografias, vídeos, quadros e revistas (Miotto, 2012). Essa excitação causada pela pornografia realiza-se geralmente sem a presença de outro e sustenta-se pela variedade de conteúdos expostos, o objetivo primário desse tipo de produção é o de apoiar as fantasias masturbatórias e sexuais (Neto; Ceccarelli, 2015).

A pornografia é uma forma de produção cultural através do qual se constrói os limites do socialmente visível, os prazeres e as subjetividades sexuais. A lógica pornográfica insere-se e relaciona-se com as estratégias biopolíticas de controle do corpo e da produção de prazer através de dispositivos de intensificação do olhar (Preciado, 2017). E aparece como um modo de gerir o espaço público controlando o olhar, a vigilância do corpo excitado ou excitável, sendo traçados esses limites ao visível e ao público e, dentro dessa lógica, o corpo masculino aparece como hegemônico político-visual-orgásmico, pois possui o acesso à excitação sexual pública, contrastando com os corpos cujos olhares devem ser protegidos e controlados em seu prazer (Preciado, 2018).

Deste modo, a pornografia é uma forma de vigilância e domesticação das políticas do corpo, um dispositivo biopolítico de controle e privatização da sexualidade feminina. É na pornografia que se aprende sobre as lógicas dos prazeres e se produzem os desejos que deveriam ser legítimos, pois há uma pedagogia para os corpos nas produções pornográficas.

Ruiz (2015) define pornografia como um ponto de interconexão entre gênero, sexualidade e mídia, também, como indústria e dispositivo de poder comercial que regula os desejos por meio de imagens ou como modo de visualizar corpos dissidentes e práticas marginais. Assim, o sexo dentro da pornografia retoma o conceito de performatividade de Butler, pois os corpos ali presentes reforçam os padrões binários de beleza e de gênero e utilizam próteses e objetos, também, a performatização da mulher dá-se através do tamanho dos seios, corpos magros e bunda grande, já para os homens baseia-se em um corpo musculoso e um pênis grande, sendo um sexo espetacular e exagerado (Ruiz, 2015).

Outra característica recorrente se apresenta com a finalização do sexo pela ejaculação masculina, havendo pouco ou nenhum foco em um prazer ou orgasmo feminino. A ideia desse tipo de pornografia vinculada ao capitalismo é de reforçar as relações desiguais de um sistema heteronormativo (Ruiz, 2015).

Duarte e Rohden (2016) concebem que a pornografia *mainstream* tal como tem sido feita até hoje, não consegue fugir de uma ideia falocêntrica, invisibilizando as corporalidades femininas e marcando-as pela fetichização. Conforme as autoras, não se observa o orgasmo se não na expressão do rosto, pelos gemidos, sussurros e movimentos dos corpos, sempre sendo mostrado todo o seu corpo, ao oposto do que ocorre com os homens, que tem o orgasmo marcado com a ejaculação, focando sempre no pênis, desassociado do restante do corpo.

As autoras Duarte e Rohden (2016) referem que os discursos pornográficos produzem uma sexualidade que contrasta com o desempenho dos corpos, transformando-os em verdades e produtores de normas de gênero que informam aos sujeitos as performances que melhor lhes servem, que devem ser reproduzidas e que se assegure assim sua integridade enquanto sujeito.

É nesse entendimento da pornografia como uma forma de pedagogia da sexualidade e compreendendo seu valor e impacto na constituição de subjetividades que pensa-se em novas formas de fazer pornografia, principalmente por um viés feminista.

A pós-pornografia propõe uma alternativa feminista para a pornografia como é feita atualmente. Em muitos momentos, busca subverter as ideias dessa pornografia dominante,

construindo seu próprio repertório iconográfico e lançando um novo olhar sobre as corporalidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos (Duarte; Rohden, 2014).

Ruiz (2015) defende que a pós-pornografia não deseja acabar com a pornografia, mas elaborar novos produtos a partir de uma crítica, aproveitando as novas tecnologias e usando-as para produzir materiais diferentes, trazendo uma ideia de produção de algo próprio advindo do fato de não se gostar do que se vêm produzindo até então.

Além da pós-pornografia é possível encontrar outras formas de produções pornográficas que rompem com a vigência *mainstream* até então dominante, inclusive práticas amadoras e caseiras que permitem diversos formatos de explorações do corpo, das cenas e das relações.

Rost (2016) em sua dissertação sobre pornografia no *Cam4*, cria e elabora esse complexo percurso conceitual sobre a pornografia. A autora traça as diferentes formas e modos de pensar a pornografia, seja por uma perspectiva *mainstream*, passando pelas teorias que rejeitam a ideia da pornografia, as que a subvertem e reconfiguram.

É possível inserir o estranhamento em tomo de uma pesquisa sobre pornografia nesse terreno de discussões sobre a corporeidade e a crítica ao (ou à manutenção do, como vimos) dualismo: o pornográfico, enquanto aquele que fala e se refere ao corpo, precisa constantemente justificar-se a fim de não cair no vulgar, no vazio e no passivo justamente porque ele fala sobre o corpo. Para o pornográfico ser legítimo, ele deve falar à mente antes de falar ao corpo, afastar-se da materialidade das práticas sexuais e aproximar-se do seu simbolismo — quanto menos o sexo falar sobre o sexo e mais falar sobre outra coisa, como a violência ou o trabalho, em uma clara dissociação entre os elementos, maiores serão suas chances de se tomar algo extraordinário, algo complexo e algo ativo (Rost, 2016, p. 34).

Como refere Rubin (2012), o sexo é sempre político e a sexualidade possui sua própria política interna, suas desigualdades e modos de opressão, operadas conforme o tempo e lugar a partir da atividade humana. Desta forma, essas políticas possuem seus conflitos de interesse e manobras políticas. Para a pesquisadora, há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado.

Os atos sexuais são sempre sobrecarregados com excesso de significantes e em nossa sociedade ocidental moderna, tais atos são avaliados conforme um sistema hierárquico de valores sexuais, nos quais relações maritais heterossexuais e reprodutivas se constituem de maneira única no topo da pirâmide erótica. Abaixo, encontram-se heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais.

Ainda mais abaixo encontra-se, de forma ambígua, a masturbação, que flutua entre estigma e a substituição dos encontros entre pares (Rubin, 2012).

Há também os casais homossexuais em relações estáveis e de longa duração, colocados no limite da respeitabilidade, ao oposto de homens gays promíscuos e sapatões de bar, que pairam apenas no limite acima da base da pirâmide. Essa base comporta transexuais, travestis, fetichistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais (Rubin, 2012).

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas. Um estigma extremo e punitivo mantém alguns comportamentos sexuais como baixo status e é uma sanção efetiva contra aqueles que as praticam (Rubin, 2012, p. 16).

Leite Jr (2006) refere que o debate que dicotomiza termos e prazeres pode ser compreendido como uma luta simbólica que visa a legitimidade das representações e das práticas sexuais. Conforme o autor, há quem se considere detentor do gosto legítimo que reduz a pornografia a uma ideia de vulgaridade e crueza, porém, a pornografia pode ser considerada perigosa, uma vez que trata sobre o erotismo das massas. Ou seja, há um cunho político do sexo e dos discursos que se pretendem ser legítimos sobre ele e o que se faz dele.

Assim, alguns comportamentos, práticas e, mesmo, estilos corporais, que há pouco tempo não seriam classificados como transgressivos – como a gordura corporal e o tabaco – ganham cada vez mais espaço na produção pornô. Fumar enquanto se faz sexo, exibir um corpo adiposo e praticar o sexo anal prazerosa e repetidamente é, de alguma maneira, brincar provocativamente com a visão higienista que prega a “qualidade de vida” como a forma ideal de existência do sujeito contemporâneo, aquele composto a partir do sutil controle de uma vida de privações alimentares voluntárias, de vigilância permanente sobre si e de abdições de prazeres finamente calculados. O sexo vem sendo tratado como coisa muito séria e, como tal, necessita ser apartado dos risos e da exibição lasciva das carnes. Falar de sexo, não de prazeres. Discursar sobre sexo, não exibí-lo (Pelúcio, 2007, p. 483).

Ainda, seguindo com Rubin (2012), esse tipo de moralidade sexual tem mais em comum com as ideologias do racismo do que com uma verdadeira ética. Concede virtude aos grupos dominantes e relega o vício aos não privilegiados. Uma moralidade democrática deveria julgar os atos sexuais pela forma através das quais um parceiro trata o outro, o nível de consideração mútua, a presença ou ausência de coerção, e a quantidade e qualidade dos

prazeres que eles proporcionam. Quer os atos sexuais sejam hetero ou gays, em casal ou em grupo, nus ou com roupa íntima, comercial ou não-comercial, com ou sem vídeo, não deveriam ser preocupações éticas.

Para Leite Jr (2006) não há como entender a pornografia sem compreender a cultura de massa que passa tanto pela popularização da imprensa, pela invenção da fotografia, do cinema e a expansão a internet, pois a difusão e comercialização de imagens de pessoas nuas, órgãos e atos sexuais se constitui como uma indústria que gera muitos lucros. Para ele, o potencial crítico e político do sexo perde sua potência constestatória na medida em que isso vai acontecendo, quando a pornografia passa a tornar-se um negócio rentável.

Como se o mercado domesticasse práticas e corpos, tornando o sexo como um negócio, retirando sua potência risível de deboche e desafio do sexo e subvertendo-o a uma “simpatia” burguesa que o torna uma nova forma de espetáculo e entretenimento. O autor aposta na pornografia dita bizarra, como um reduto de resistência à domesticação e normalização dos corpos e das sexualidades.

A pornografia bizarra não consegue (até mesmo porque não pretende) deslocar essas pessoas do plano da abjeção, do não-humano, para o do socialmente viável. Ao contrário, mantém-se como um dos limites necessários que fazem da “normalidade” o modelo desejável. Desse ponto de vista, o papel transgressivo e contestador da pornografia “bizarra” torna-se questionável, uma vez que certos corpos e prazeres só serão legítimos como aberração e nunca como outras possibilidades de existência (Pelúcio, 2007, p. 487).

Em uma exemplificação de ao que se refere, Leite Jr (2006) utiliza-se da figura da travesti, como uma potência na desconstrução do sexo, na problematização do gênero, no comércio do sexo e pornografia, na transgressão pelo riso, na feminilidade obscena e na apresentação de seu corpo maravilhoso que gera incômodo social.

Para ele, há uma sutil diferença na concepção de uma representação da sexualidade pornográfica e uma erótica no imaginário ocidental.

A pornografia é comumente considerada como aquilo que transforma o sexo em produto de consumo, está ligada ao mundo da prostituição e visa a excitação dos apetites mais “desregrados” e “ímorais”. Evoca um conceito mais carnal, sensorial, comercial e explícito. “Erotismo”, em contrapartida, é algo tendendo ao sublime, espiritualizado, delicado, sentimental e sugestivo. Como o próprio nome vem de um deus, não de “mulheres da vida”, o tipo de paixão que sugere lembra a sutileza, a tensão sexual implícita mas não abertamente exibida (Leite Jr, 2006, p. 32).

Seguindo nessa perspectiva, o autor refere que há uma tentativa de separação entre relegar a pornografia a um lugar de explicitéz, de apetites do corpo, paixões violentas e uma ideia de chafurdar em algo, a oposto de um erotismo culto que provém um deleite.

A minha vida sexual (e do meu grupo) é saudável, segura, bela, repleta de sentimentos e verdadeiramente prazerosa — erótica; enquanto “a dos outros” é promíscua, pervertida, animalesca, vulgar, grotesca e frustrante, ou seja, pornográfica. A imagem de um pênis penetrando uma vagina pode ser então considerada de dois modos: se for estilizada, utilizando-se das mais variadas técnicas ditas artísticas para minimizar o impacto de tal cena, é considerada erótica, pois, por envolver uma “reflexão” e uma “técnica” sobre a obra, tende mais para o campo da “arte”. Por outro lado, se esta mesma figura for apresentada com a intenção de ressaltar uma certa crueza, sacrificando uma idealizada reflexão em nome de uma demonstração, é tida como pomográfica (...) Sendo erotismo e pornografia os dois lados de uma mesma moeda de prazeres, desejos e comportamentos, a pornografia é sempre o lado maldito. Se ela passar para a outra face, automaticamente torna-se “erotismo”, pois agora pertence ao campo do já organizado e legítimo socialmente (Leite Jr, 2006, p.33).

O pesquisador assimila a discussão entre pornografia e erotismo ao discurso entre as chamadas perversões sexuais e a sexualidade tida como sábia, em um debate entre o que é um ou outra e quais são os espaços de cada uma, marcando uma luta simbólica pela legitimidade das representações e das práticas sexuais.

Conforme Rubin (2012) há uma barbárie de perseguição sexual, que produz pensamentos sobre o sexo como uma força imutável, a-social e transhistórico, que tem sua dominação pelas ciências médicas e psis, reproduzido pelo discurso acadêmico.

Refere a separação entre as capacidades biológicas e a sexualidade humana e na impossibilidade de compreensão desta por fatores puramente biológicos. Para ela, os termos sexuais devem ser entendidos a partir de seus contextos históricos e sociais, não passíveis de generalizações.

Essa cultura sempre trata o sexo com suspeita. Constrói e julga quase todas as práticas sexuais segundo suas piores possibilidades de expressão. O sexo é considerado culpado até que provem sua inocência. Virtualmente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida. As mais aceitas desculpas são o casamento, a reprodução e o amor. Algumas vezes a curiosidade científica, uma experiência estética ou uma relação íntima de longo termo podem servir. Mas o exercício da capacidade erótica, inteligência, curiosidade ou criatividade, todos necessitam pretextos que são desnecessários para outros prazeres, como o deleite com a comida, ficção ou astronomia (Rubin, 2012, p. 15).

Rost (2016) complementa que a pornografia e todas as suas nuances e práticas diversas, sejam elas constituídas por disputas ou em formas de mercado e produção,

situam-se como construções discursivas que permeiam as experiências com a sexualidade. Tais construções decorrem das relações de poder, produzindo saberes e uma ciência sobre a sexualidade (na dicotomia entre saudável/doente, limpa/suja, bela/feia).

Para a autora, esse dispositivo da sexualidade produz uma verdade particular sobre as próprias práticas sexuais, conceituando-as entre normais ou perversas, a depender do tipo de pornografia e da forma como será nomeada.

Não se trata, portanto, de um poder negativo que proíbe, que silencia e que erradica a fim de aumentar a severidade dos códigos; mas de um poder positivo que multiplica, que diferencia e que hierarquiza para controlar e vigiar. Na disputa, alguns materiais serão alvo na caça às sexualidades que são periféricas, serão incorporados às perversões e colocados à margem em um conjunto de estratégias para a manutenção de lugares privilegiados (Rost, 2016, p. 43).

Há uma dimensão reguladora na pornografia, capturada por um viés comercial e mercantil das práticas sexuais, reduzindo-as a um filtro rentável, que subjetiva o espectador na decodificação dessas práticas e do uso de seus prazeres. Essa é uma questão de atenção para analisar produções *mainstream* que visam lucrar pela quantidade de visualizações e acesso em seus conteúdos.

Se, conforme coloca Leite Jr (2006) a pornografia ao ser tomada como rentável e comercial acaba perdendo sua potência, é importante pensar como é ela produzida a partir da perspectiva *mainstream*, visando o acesso ao maior número possível de sujeitos tornados consumidores e ávidos por acessar determinados conteúdos. Por isso, no próximo capítulo será discutido sobre o consumo de pornografia, conforme dados do Pornhub Insights¹⁴.

6.2. O ranking do consumo

Segundo os dados divulgados pelo site Pornhub Insights (2022) no ano de 2022 o Brasil teve 74% de interesse a mais que os demais países em pornografia com mulheres transexuais, sendo um dos maiores nichos de acesso do país, além desta, encontram-se entre as categorias mais procuradas “hentai”, “brasileiras”, “lésbicas”, “anal” e “amador”.

No ano de 2023, esse dados passam a ser de 68% a mais de interesse que os demais países, e a categoria transexual ficou em terceiro lugar dentre as mais procuradas, atrás apenas das buscas por “anal” e “brasileiras”. Também, a busca mais realizada no país foi pelo termo “*transgender surprise*” (Pornhub Insights, 2023).

¹⁴ Pornhub Insights é um levantamento anual feito pelo site Pornhub que apresenta os dados de maior consumo e pesquisa em sua plataforma conforme os países.

A categoria transexual ocupa o sétimo lugar de maior acesso no ranking mundial, sendo que no ano de 2021 as pesquisas com o termo “trans” cresceram mais 141% e as visualizações dessa categoria aumentaram em 23%, ocupando a décima posição mundial de acesso dos visitantes homens (Pornhub Insights, 2022). Conforme descrição do site:

A categoria Trans cresceu 75%, tornando-se a 7ª categoria mais popular em todo o mundo. Foi a primeira categoria mais vista no Brasil e a terceira mais popular nos Estados Unidos e na Itália. As buscas “FTM” (feminino para masculino) foram 8 vezes mais populares do que “MTF” (masculino para feminino), com “transgênero trio” e “transgênero surpresa” entre as principais pesquisas. Os homens assistem a categoria “trans” 22% a mais do que as mulheres, enquanto as mulheres assistem à subcategoria “Trans Masculino Transgênero” 115% a mais do que os homens. Os visitantes da Geração Y (25-34 anos) assistem a vídeos trans 34% a mais do que outras faixas etárias, assim como a Geração X (35-44 anos) em 25%. Nossos estatísticos também descobriram que as pesquisas “FTM” (feminino para masculino) cresceram 202% entre os visitantes do PornhubGay. As identidades de gênero mais procuradas são “não binária”, “gênero x” e “andrógino” (Pornhub Insights, 2022, *online*, tradução do autor).

Dentre os maiores consumidores desse tipo de pornografia no ano de 2022 estão Estados Unidos, Itália, Brasil, Espanha, Canadá, Argentina e Colômbia, sendo que todos esses ocupam altas posições dentre os vinte países com maior consumo de vídeos pornográficos (Pornhub Insights, 2022). No ano de 2023 houve uma variação nessa lista, na qual Colômbia, Itália e Brasil são os únicos que se mantiveram com altas taxas de acesso, e além desses dois, na nova lista aparecem Suécia e México como grandes consumidores da pornografia intitulada como *transgender* (Pornhub Insights, 2023).

As estatísticas do site colocam a categoria trans como a sétima mais acessada no mundo. Por outro lado, ao longo de todo o levantamento realizado pelo site, não se encontra em momento algum a referência pelas palavras “cis” ou “cisgênero”.

No ano de 2023 o termo de busca “transexual” teve um aumento em buscas, tornando-se a categoria mais vista no país, à frente das categorias “brasileiras”, “lésbicas”, “anal”, “trio” e “hentai” respectivamente. A categoria transexual sempre esteve em alta no país, porém, teve um crescimento ainda maior em 2023.

O próprio site apresenta uma justificativa sobre esse aumento,

De acordo com a Dra. Laurie¹⁵, o termo trans é tendência por muitas razões diferentes: “Cada vez mais, a sexualidade marginalizada (fora do mundo baunilha) está saindo das sombras. Estamos falando mais sobre sexo, estamos mais livres para explorar nossas fantasias sexuais com menos julgamento. Nossa curiosidade sexual está saindo do armário. A bicuriosidade é muito mais aceitável nos dias de hoje, e até “na moda” entre as gerações mais jovens. Quando se trata de indivíduos trans, agora estamos vendo mais e mais pessoas retratadas na grande mídia, tornando a pornografia trans mais intrigante, mais disponível e mais aceita (Pornhub Insights, 2022, online, tradução do autor).

Essa justificativa dada pelo site possui alguns pontos a serem discutidos. Começa com a Dr^a Laurie Betito afirmando que as “sexualidades marginalizadas” fora do contexto baunilha¹⁶ estão saindo das sombras. Essa questão é problemática, pois refere que identidades de gênero como a transexualidade e a travestilidade são “sexualidades”, retirando seu caráter de uma identidade, além disso, refere que estão para além de um contexto baunilha, palavra esta usada para descrever o sexo “convencional”, ou seja, as práticas sexuais de e com pessoas transexuais não são consideradas convencionais? Se não são práticas convencionais, pode-se inferir que estão sendo consideradas enquanto um fetiche?

Tal ideia é corroborada quando ela informa que está sendo cada vez mais comum explorar as fantasias sexuais, novamente colocando as subjetividades trans e travestis no campo das fantasias, relegando elas a algo para saciar as “curiosidades sexuais”.

Betito refere que tais identidades estão “saindo das sombras”, como se estivessem se revelando, mas no cotidiano tais identidades sempre existiram, porém pode-se dizer que foram colocadas nas sombras (marginalizadas) e não estão saindo das sombras (enquanto algo positivo), pois seguem sendo violentadas.

Ainda, coloca que a exploração bissexual está na moda entre as gerações mais jovens, como se as práticas de sexualidade pudessem ser tendências de moda. Além de afirmar que as pessoas trans estão sendo retratadas na grande mídia (não parece problematizar que isso está acontecendo apenas agora) o que torna a pornografia trans mais “intrigante, disponível e mais aceita”. Se considerar a fala anterior da autora, na qual as práticas sexuais trans são “não

¹⁵ Dr^a Laurie Betito é consultora do site e é apresentada da seguinte forma: Dr^a. Betito é uma psicóloga clínica com especialização em Bem-Estar Sexual, e atua como Psicoterapeuta há mais de 30 anos. Ela apareceu no programa semanal "EROS" (The Life Channel) como a especialista em sexo, bem como no MenTV (um canal digital a cabo) onde apresentou o programa "LET'S TALK SEX". Ela apareceu com frequência em vários programas de televisão e documentários, tanto como comentarista quanto como "sexpert" regular, e é membro credenciado da Alliance of Canadian Cinema, Television and Radio Artists (ACTRA). Laurie teve participações regulares em revistas nacionais e publicou vários trabalhos acadêmicos. Por muitos anos, ela foi afiliada à Unidade de Sexualidade Humana do Hospital Geral de Montreal. Laurie continua a dar palestras extensivamente em Montreal e em toda a América do Norte. A Dra. Laurie é a Diretora do Centro de Bem-Estar Sexual Pornhub, autora de The Sex Bible for People Over 50, e fez 2 palestras no TEDx (PORNHUB INSIGHTS, 2021, tradução do autor).

¹⁶ Expressão utilizada para se referir a práticas sexuais “convencionais”, geralmente heterocentradas.

convencionais”, tomá-las como intrigantes refere-se a um caráter de curiosidade, que causa dúvidas e surpresa. Tal discurso não seria afirmar que relações sexuais com pessoas trans seria algo curioso, fora do comum, reiterando uma ideia de fetiche? De algo que é acessado por pessoas cis como um caráter meramente de curiosidade? Além disso, não questiona sobre o motivo das práticas trans serem consideradas “intrigantes” por pessoas cisgênero.

Ela finaliza dizendo que pessoas trans sendo representadas na mídia pode ser uma das causas que torna a pornografia mais disponível. Porém, não seria mais adequado dizer que a pornografia com mulheres trans está “mais disponível” devido a sua alta demanda de consumo? Comenta também sobre essa maior representação ocasionar em uma maior aceitação da pornografia com pessoas trans, porém, como é possível inferir isso? Quais elementos apontam que mais pessoas trans na mídia causam uma alta procura por conteúdo pornográfico? Com base nesses questionamentos, é importante a compreensão de como a pornografia *mainstream* tem operado e como captura e acessa seus espectadores.

No capítulo a seguir, trago uma discussão sobre a constituição de subjetividades consumidores, a articulação com as pedagogias apresentadas pelo mundo da pornografia e as operações do neoconservadorismo que impactam nesses homens consumidores.

6.3. As subjetividades consumidoras

Para Preciado (2018) o regime pornográfico tem um papel muito importante na atualidade, possui foco no corpo e na prática sexual, sendo estes submetidos ao consumo e torna-se responsável por uma identidade masculina, de homem heterossexual, jovem e solteiro que acaba por moldar toda a produção de mídia pornográfica para esse público. Preciado (2011) fala sobre a sexopolítica, sendo esta uma forma de dominação de ação biopolítica presente no capitalismo da contemporaneidade, colocando que o sexo e as práticas sexuais, além dos códigos de masculino e feminino, entram no cálculo de poder e tornam esses discursos agentes de controle da vida.

Preciado (2018) informa que os discursos pornográficos produzem uma sexualidade que contrasta o desempenho dos corpos, transformando-os em verdades e produtores de normas de tecnologias de gênero que informam aos sujeitos as performances que melhor lhes servem e que devem ser reproduzidas. A partir disso, produz-se uma pornografia comercial, cisnormativa e heterossexualmente orientada, que educa os corpos e práticas sexuais “adequadas” e que produzem uma ideia específica de sexualidade, transformando-os em verdades e produtores de normas de gênero.

Takara (2021) refere sobre a necessidade de problematizar as condições da sexualidade e o sistema pedagógico que se inscreve por meio da mídia, no qual registra os discursos, práticas, percepções e inscrições de sentidos.

As imagens, seus registros e as pedagogias pornográficas nos mostram que os corpos e os sujeitos são devorados por uma condição de sexualidade que ignora a experiência e, infelizmente, produz um sujeito higienizado de corpo, conduta e sexualidade: higiênico, atlético e inscrito distante de uma possibilidade sensível. Preocupante, a imitação das cenas das pornografias forma sujeitos que não compreendem o que é e como funcionam os corpos, não são estimulados a perceber seu corpo e suas vontades, seus limites e suas possibilidades e, por vezes, sofrem com imposições e demandas que a própria mídia apresenta, como o entendimento de sexo nesses aparatos midiáticos (Takara, 2021, p. 21).

Para o autor, as pedagogias de sexualidade constroem sentidos sobre os corpos, as imagens e as interações com esses produtos e serviços. Há uma captura por meio de um sistema que localiza corpos e subjetividades, que inscreve práticas generalizadas e binárias que são performativas e produzidas ativamente, que conseqüentemente geram em nossas relações sentidos de consumo da prática sexual.

Em tais produções, encontra-se uma limitação de exploração das zonas erotizadas, o sexo mostra-se de maneira mecânica, cumprindo o roteiro de beijo, sexo oral e depois sexo anal, e tudo se dá por meio da penetração e uso do pênis, sem acrescentar-se outras partes do corpo, ou complementação de materiais (Dias, Kich e Detoni, 2022). Para os autores, tais práticas acabam por confortar quem assiste e por manter nessa posição passiva de espectador, sem gerar impacto que não por meio da excitação.

Inicialmente as práticas e produções pornográficas aparentam dar conta dos desejos individuais e de múltiplos fetiches, apresentando ao espectador um amplo catálogo de escolhas que parece infinito, e é justamente esse o objetivo. Porém, isso opera de outro modo, pois a maior parte da produção *mainstream* visa o mesmo fim, opera da mesma forma e destina-se em grande parte a um público específico (re)produzindo as performances já existentes.

Para Dias, Kich e Detoni (2022) há uma reiteração das pedagogias sexuais que performam lógicas binárias, falocêntricas, com enfoque na penetração, nos pênis e nas corporalidades que tangenciam as normas vigentes do socialmente desejável.

Na contemporaneidade a lógica da vida está atrelada à ideia de consumo de tal modo que para participar e experimentar as relações é necessário ser posicionado em uma prática de consumo que organiza as ações, subjetividades e corpos (Takara, 2021). Para ele, consumo vai para além de bens e serviços básicos, se coloca como parte constituinte da subjetividade

que está interpelada pelos sistemas midiáticos que oferecem propagandas sobre o correto modo de ser, de estar e de agir no mundo. Não apenas o bom ou o belo, mas a ideia de satisfação e de alcançar a realização de um desejo parece ser a dimensão da pornografia contemporânea.

Semelhante à ideia de Rocha (2005) na qual o consumo surge como uma esfera de produção de identidade que permite ao sujeito criar a si mesmo. Para ela, a lógica do consumo não é a indução da compra de determinados bens, mas o fato de que qualquer coisa pode ser convertida a um serviço e transformada em mercadoria, produzida, distribuída e consumida. Porém, opera-se uma lógica ambígua, na qual devo saber quem sou para consumir bem, por outro lado apenas o consumo me permite saber quem sou, tal questionamento permite a ação de uma pedagogia do consumo que é expressa na publicidade e que visa ensinar as pessoas a consumir.

Considerando que consumo e subjetividade estão associados à captura do desejo, torna-se essencial para a manutenção do sistema neoliberal. O atual sistema do capitalismo depende da produtividade do desejo para sobreviver, porém, deve também reintegrar, modular esta produtividade, injetando transcendência, servidão e controle no plano de imanência. Dessa forma, têm-se uma lei de modo oculta (não aquela superegóica que visa barrar o acesso ao gozo), mas uma lei da produção capitalista, que se oculta e interioriza com maior eficácia ao se anunciar como liberal, permissiva e democrática, introduzindo, no mesmo gesto, transcendência, obediência e culpa (Peixoto Junior; Laureano, 2013).

Dardot e Laval (2016) nomeiam a constituição subjetiva da atualidade como um “neossujeito”, que é esse sujeito da contemporaneidade, capturado pela racionalidade neoliberal. Para eles, toda a sociedade passou a ser concebida como um mercado onde cada pessoa é uma empresa que está em contínua concorrência, tornando-se o empreendedor de si mesmo.

O neossujeito é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial, devendo se adaptar a realidade do Estado-empresarial, onde os serviços básicos são produtos os quais os cidadãos têm a liberdade de adquirir, porém, tendo de conviver com o desemprego permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção (Dardot; Laval, 2016).

Os autores referem duas ideias dissonantes nessa perspectiva, em uma há a naturalização do risco iminente, o excesso de responsabilização individual pelas consequências de suas escolhas e a transformação dos indivíduos em empreendedores de si, em contrapartida, há uma exigência para que o sujeito neoliberal se supere continuamente,

seja flexível para acompanhar as mudanças impostas pelo mercado, se adapte às contínuas variações da demanda do mercado e assuma sempre os riscos.

Há uma série de elementos operativos que criam, (re)configuram e corroboram essas constituições subjetivas, dentre elas e uma das principais pode-se destacar a mídia.

Rolnik (1997) coloca a temática da mídia, consumo e efeitos globalizantes em contraste com os modos de subjetivação contemporâneos, sendo conforme ela:

É que a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades, implica também na produção de kits de perfis padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural, etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade. Esta nova situação, no entanto, não implica forçosamente o abandono da referência identitária. As subjetividades tendem a insistir em sua figura moderna, ignorando as forças que as constituem e as desestabilizam por todos os lados, para organizar-se em torno de uma representação de si dada a priori, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma esta representação (Rolnik, 1997, p. 19).

Pode-se considerar alguns consumos como tipos de drogas, como ofertas de TV, publicidade, cinema comercial e nesse caso, inclui também a pornografia enquanto um elemento de consumo e de mídia. Esse consumo tem um efeito de próteses de identidade de curta duração, porém, culmina na criação de indivíduos clones que produzem falsos-self estereotipados, tornando-se vulneráveis e dispostos ao consumo de toda imagem que irá se apresentar de uma forma sedutora, isso tudo na busca de se reconhecer em alguma das faces do mercado (Rolnik, 1997). Para a autora os antigos modelos identitários, atualmente cederam e vão cedendo lugar ao que intitula de kits de perfis padrão, que são modos ou perfis produzidos por meio da publicidade e agindo ao redor das redes do mercado.

A ideia de imagem (material base da pornografia) articulado com consumo pode ser pensada a partir de Fontenelle (2006) que refere a sociedade atual como uma sociedade de imagens, sendo ela uma sociedade capitalista cujo princípio de concorrência está na diferenciação dos produtos pelas imagens. Para ela, há uma imbricação entre economia e cultura, marcando uma sociedade do vazio na qual inexistente uma forma, sendo que “estar na imagem é existir”, ou seja, vive-se pela performance.

É nessa condição de implosão de espaços outrora possibilitadores de formações identitárias que a marca publicitária se oferece como uma "ilusão de forma" a partir da qual se possa experienciar o corpo. Pois, se, para constituir-se, o corpo precisa da forma do Outro (entendido aqui como cultura), esse espaço - que sempre é uma construção simbólica, histórica, contingente - define-se contemporaneamente como um espaço que está sempre arrebatado pelo fluxo incessante de produção e

descartabilidade, produto de uma era em que se fundiram ciência, tecnologia e capitalismo (Fontenelle, 2006, não paginado).

Fontenelle (2006) compreende que houve uma mudança de uma era de repressão para uma era da política do gozo que está atrelada a lógica do mercado, vivendo-se em uma época na qual o corpo libidinal atrela-se ao lucro.

Conforme os autores Peixoto Junior e Laureano (2013) o capitalismo necessita do desejo e de sua produção para prosperar, porém, se as linhas de diferenciação infinita do desejo escapam a seus mecanismos de regulação imanente, o sistema procura ressuscitar a presença da soberania, preenchendo as linhas de fuga que ameaçam a reprodução da estrutura social. Com base nisso, retomo a ideia de múltiplas possibilidades de desejo na pornografia, de infinitas possibilidades, mas que trata-se de uma estratégia de regulação capitalística, que acaba por manter o desejo regulado (vide que as produções *mainstream* tendem a operar de modo semelhante).

O desejo, por ser autêntico, singular e diferente acaba sendo mercantilizado, tornado matéria a ser consumida e logo homogeneizada, perdendo-se o efeito da diferença (Peixoto Junior; Laureano, 2013).

O consumo atrelado à constituição subjetiva gera efeitos diversos, tanto na produção de neosujeitos, quanto para uma outra lógica, a de descartabilidade. Para Fontenelle (2002) o consumo gera resíduos, materiais a serem descartados. Associa a cultura do consumo com uma cultura descartável, em que o que foi consumido precisa e passa a ser descartado, tendo a renovação de produtos um caráter de importância constante. A lógica de algo descartável é vital para a cultura do consumo, pois gera a percepção de que tudo deve estar obsoleto o tempo todo, criando uma insatisfação que culmina em um consumo excessivo.

Em sua escrita, Fontenelle (2022) nomeia como uma cultura do gozo, diferenciando de uma ideia de desejo, pois o gozo seria algo que não gera um compromisso, apenas uma busca de satisfação e realização, não havendo limites para o uso e consumo desde que se possa pagar. Além disso, refere sobre a obsolescência programada, ou seja, o fim ou ultrapassagem dos produtos, que culmina em um desejo pela novidade, gerando uma cultura que precisa constantemente se reinventar para permanecer.

Pode-se fazer uma associação disso com a cultura da pornografia, cujo objetivo é o de levar ao orgasmo, ao gozo, sem um compromisso firmado, apenas a satisfação daquele prazer. O mercado da pornografia busca e necessita de constante reinvenção, criando novos cenários, imaginários e lançando novos atores para manter o efeito de novidade.

Pensando nessa ideia de consumo e descartabilidade, retomo a entrevista de

Benevides (2020) quando refere sobre algumas pessoas trans e travestis que relatam comportamentos agressivos de homens após o fim da relação sexual, assumindo posturas violentas. Essa questão faz refletir sobre esse caráter de descartabilidade das mulheres, em que após os homens satisfazerem seus desejos, assumem um caráter violento, a satisfação sexual culmina no fim da relação entre ambos, podendo tornar a mulher como descartável, logo passível de agressão. Trago isso como um questionamento para pensar em como ocorre na pornografia essa relação de consumo e descarte? E o que acontece quando o pornô acaba? E após o gozo (consumo), como opera o descarte? E aqui abro margem para mais uma série de tensionamentos que não serão respondidos nesta pesquisa, os faço pois são necessários e deixo aqui registrados para criar tensionamentos.

Em sua entrevista Benevides (2020) refere que essa mudança de comportamento após o gozo está associada ao pensamento religioso e do Estado, junto ao controle dos corpos, desejos e normatização das relações. Podemos pensar que uma das estratégias eficazes nessa captura e normatização do desejo é a mídia, oferecendo propagandas que definem modos de ser, estar e agir, que regula o estético e molda a busca pela satisfação (Takara, 2021). Em meio a todos esses elementos é importante compreender como a mídia opera por meio da pedagogia da sexualidade e na produção dessa subjetividade de consumo.

Louro (2000) informa sobre a existência de práticas, sejam as escolares, sejam as da mídia e da publicidade, que constituem sujeitos e sujeitas binários, que fazem marcas, na qual homens e mulheres possuem determinados comportamentos que foram gravados em suas histórias. De acordo com ela, a produção de tais sujeitos e sujeitas ocorre de maneira plural e em diferentes espaços, na qual não se é apenas um receptor passivo, mas que todos e todas estão implicados e participantes ativos na construção de suas identidades. Tratando sobre o processo de auto disciplinamento e autogoverno que cada pessoa exerce sobre si mesma, atravessados pelas múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo.

A pornografia é também uma prática pedagógica, uma vez que sua apresentação ensina a respeito das práticas sexuais, produzindo os desejos e imaginários a partir da criação desses materiais (revistas, vídeos, imagens). Os filmes representam uma construção cultural, que se utiliza de linguagens, rituais, gestos e corpos, atribuindo-os significados que educam o público para identificar e decodificar seus signos, convenções e diálogos estruturais, e é a partir de tais construções que certas identidades são legitimizadas ou desautorizadas (Louro, 2000).

A pedagogia midiática especializou-se em diferentes formas de atuação, uma delas

pode ser chamada de pedagogia pornográfica, a qual educa com artefatos produzidos pela indústria pornográfica, ensinando que sexo é prazer e também desejo. Esses conhecimentos se inscrevem e produzem imagéticas nos sujeitos, estimulando uma comunicação que não se faz pela troca ou mesmo pelo desenvolvimento de sensibilidades, mas pelo consumo do outro (Takara, 2021).

Para o pesquisador, o sistema pornográfico educa corpos e subjetividades para uma dimensão de consumo do corpo como imagem, do sexo e da sexualidade como produtos de um sistema farmacopornopolítico. E são nessas dinâmicas que o prazer fica submetido à dimensão do desejo que as imagens inscrevem sobre os modos como devemos agir e ser.

E tudo isso associado ao consumo, que se constitui como parte ativa do sistema neoliberal, sendo fortemente associado à ascensão e manutenção do neoconservadorismo. Retomo aqui a construção dessa discussão a partir da fala do homem imbrochável e sua costura com a masculinidade, a cisnormatividade, conservadorismo e neoliberalismo.

O local era a Esplanada dos Ministérios em Brasília, no dia sete de setembro de 2022. O ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, durante uma fala em celebração ao dia da Independência do Brasil puxa um coro com a palavra “imbrochável”. Conforme reportagem de Ricardo Senra (2022) para a British Broadcasting Corporation (BBC), não seria essa a primeira vez que a palavra foi utilizada no discurso do presidente:

Em discurso na Esplanada dos Ministérios durante a celebração do 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) repetiu cinco vezes o termo "imbrochável", palavra que não está no dicionário, mas indicaria suposta potência sexual inabalável. Não é a primeira vez. "Tenho certeza, eu sou 'imbrochável', não vou sair de combate", disse, em maio de 2018, o então pré-candidato em discurso na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern). Em setembro de 2019, já presidente, Bolsonaro surpreendeu simpatizantes na entrada do Palácio da Alvorada com o termo: "Eu sou imbrochável", disse, simplesmente. Corta para fevereiro de 2020. "Não estou preocupado com reeleição", falou Bolsonaro. "Não vou brochar para atender vocês (jornalistas) pensando em reeleição. Eu sou imbrochável." Agosto de 2020: "Com todo respeito, na política, eu sou imbrochável". Em maio de 2021, ele foi além: "Fique tranquilo. Já falei que sou imorrível, imbrochável e também sou incomível". Em 31 de agosto de 2021, na saída do palácio, Bolsonaro mostrou uma medalha prateada para as câmeras. Junto à sua foto, lia-se a frase: "Clube Bolsonaro - Imorrível, imbrochável e incomível". "Minha mulher não pode ver isso, não. Essa medalha não é qualquer um que tem, não, pô", afirmou (Senra, 2022).

O discurso proferido pela figura de autoridade mais importante do país naquele contexto, diz muito sobre o papel atual da masculinidade e sobre a construção da narrativa do homem imbrochável. As falas do ex-presidente suscitaram uma série de análises sobre poder, virilidade e autoridade.

Para além do imbrochável, Bolsonaro constitui-se como uma figura representativa de

diversas questões atravessadas pelo campo da masculinidade, seja por suas falas machistas, racistas e homofóbicas, sua postura autoritária e o flerte com o militarismo. E como refere Corrêa (2019, *online*) “não se trata apenas dessa figura do Bolsonaro, mas dos efeitos de profundas camadas do racismo, classicismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo que antes atuavam de forma velada”.

A formação e manutenção do neoconservadorismo é atrelada ao neoliberalismo e a construção de uma moralidade conservadora, que opera na construção de um “novo homem” docilizado. Esse novo homem é expresso pelo neopentecostalismo e pelo dogmatismo religioso moral (Almeida, 2020).

Essa virilidade imbrochável, associada a masculinidade e a criação desse sujeito conservador, moralista e empreendedor de si acaba aparecendo em muitos dos discursos proferidos por homens heterocis no cotidiano. É a partir de todos esse elementos complexos que nos capítulos seguintes penso e problematizo em análises e construo meu referencial para trabalhar com as discursividades dos homens cisgênero.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7.1. Descaminhos de pesquisa

O caminho para a construção metodológica desta pesquisa mostrou-se atribulado e de mudanças. Encontrar uma forma de pesquisa que sustente as complexidades de trabalhar com a pornografia *online* e que permita o acesso e captação de materialidades para o estudo mostrou-se um desafio. Também, a escolha metodológica baseia-se em um processo e na escolha de elementos com a qual o pesquisador precisa saber operar e isso, por si só, se mostra de forma complexa.

Inicialmente a escolha metodológica perpassou por outra compreensão epistêmica, porém, os caminhos da pesquisa e busca de materialidades evidenciaram uma necessidade de mudança, com a qual passei a operar com a Análise do Discurso (AD).

A análise do discurso, conforme mencionada por Sargentini (2006), é um campo de amplos entendimentos e compreensões, que pode ser operado de diversas formas, sendo construído por entendimentos diferentes do conceito de discurso. Conforme ela, a AD se constitui por uma heterogeneidade de pensamentos e da produção divergente de autores, que fornece uma ausência de homogeneidade.

Por isso, informo que essa produção foi constituída a partir de Pêcheux e das contribuições de Eni Orlandi e Dominique Maingueneau, utilizando-os para estruturação do método de pesquisa. E esta se constitui por pensadoras do feminismo, da teoria *queer*, da decolonialidade, entre outros.

O analista do discurso busca construir interpretações que não se neutralizem, cabendo pensar que os processos discursivos podem ser aprendidos através da linguagem. Para Maingueneau (1984) essa forma de pesquisa irá munir o pesquisador de uma concepção crítica de linguagem que permite aprofundar o estudo, considerando a língua como uma relação social e histórica. Assim, o discurso se constitui a partir de discursos externos, mas que deixam marcas interiores que serão resgatadas no processo e são integralmente linguísticos e também históricos.

Ou seja, nessa perspectiva o autor trabalha com a ideia dos discursos em uma dupla dimensão, daquilo que é dizível pela linguagem e daquilo que é dizível em um determinado tempo e espaço histórico. E essa metodologia se encaixou em pensar a construção discursiva da masculinidade em um contexto atual de pornografia, de consumo e de violências.

Para a construção deste capítulo, inicialmente contextualizo sobre a análise do discurso e sua construção enquanto metodologia, após, trabalho a perspectiva de Maingueneau (2010) sobre discurso pornográfico e sigo no capítulo seguinte com a narrativa do processo nessa pesquisa.

A análise do discurso é uma área que trata sobre a significância das palavras e sobre a construção de seus múltiplos sentidos, pois considera que as palavras não se significam da mesma forma o tempo todo, uma vez que se carregam de sentidos conforme seu contexto, local e tempo histórico (Almeida; Souza, 2021).

Conforme refere Orlandi (2012), a análise do discurso não trata da língua, da linguagem ou da gramática, mas do discurso, entendido etimologicamente como um processo de percurso, movimento, prática de linguagem e estudo da observação dos processos de falar.

Pêcheux (1990) concebe discurso enquanto relativo à ordem da estrutura e do acontecimento, em que pensar o discurso não se trata apenas de concebê-lo como constituído a partir da rede de memórias e dos trajes sociais aos quais irrompe. Mas sim de entender que a existência do discurso marca uma possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos, assim "todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação" (Pêcheux, 1990, p. 56).

Na AD o foco é em sua produção de sentidos do discurso, analisando-o para além das palavras, considerando os movimentos e processos históricos e a atribuição de sentidos e usos dos discursos (Orlandi, 2005). Para a pesquisadora, o sujeito é submetido à linguagem, que mergulha em sua experiência de mundo e é determinado pela injunção de dar sentido, a significar-se em gesto, movimento e em contexto sócio histórico.

O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Dessa forma, essa não trata da língua, mas do discurso, ou seja, o percurso da fala. Levando em conta o homem e sua história, como também considerando os processos e as condições sociais de produção do discurso, a análise da relação estabelecida pela língua, com os sujeitos que a falam e as situações que se produzem são instrumentos para determinar as posições ideológicas do jogo discursivo, e não o sentido em si. No jogo das formações imaginárias que presidem todo o discurso, observam-se as diferentes posições do sujeito: enunciador e destinatário, ademais, os pontos da relação de interlocução: a imagem que o sujeito faz dele mesmo; a que ele faz de seu interlocutor; e, por fim, a que ele faz do objeto do discurso. O discurso é a explicitação do mundo, a verbalização de uma realidade, na qual estamos inseridos, através do discurso o material pode ser compreendido, interpretado, reorganizado, dessacralizado. Assim como tudo se reorganiza e se renova, o discurso também é refeito cada vez que é anunciado, produzido (Almeida, Souza, 2021, p.123).

Compreende-se que a pornografia é produzida e atravessada por discursos, sejam eles morais, médicos, jurídicos e que se relacionam com determinado tempo e espaço histórico, que produz modos e formas de compreensão a partir de seus códigos. E é por isso que essa metodologia se evidencia como importante nessa construção de pesquisa, pois pretende compreender as dinâmicas da construção de masculinidades de homens cisgênero no Brasil e pelo espaço de pornografia na internet.

Nessa perspectiva, Maingueneau (2010) refere sobre o discurso pornográfico, em que traça uma diferenciação na construção do erotismo e da pornografia, na qual coloca os discursos da pornografia como clandestinos, censurados e nômades, como se nunca fossem possuidores de cidadania, pois existem no plano físico, porém, inexistentes no social.

Assim, os discursos pornográficos são “condenados” a uma existência e a uma não existência, não possuem lugar pleno de existência, pois são separados do que é tido como civilizado, que varia conforme a época e a sociedade (Maingueneau, 2010). Para o autor, a pornografia é considerada como um tipo de discurso, que recebe diversos gêneros e significados, conforme época, tempo e sociedade em que se coloca, assim como aquilo que é rotulado como pornográfico.

Esse discurso que se dá não apenas pelas palavras escritas, como signos linguísticos, mas em todos os elementos que compõem esse discurso, como imagens, cores, texturas, formas, sons, corpos, espaços e, acima de tudo, naquilo que não é dito, o que é implícito para estimular possibilidades, sentidos e reflexões no interlocutor (Almeida; Sousa, 2021). E por isso, os discursos proferidos pelos homens nesse estudo serão trabalhados conforme a discussão conceitual dessa época, pelas perspectivas decoloniais, transfeministas e *queer*.

Nessa produção é trabalhado com os discursos proferidos por homens em um contexto brasileiro, estes discursos produzidos a partir de comentários realizados em português em vídeos da plataforma do *Xvideos*, mas que operam não só por meio do escrito naquela pequena caixa de comentários, mas em seus desdobramentos e contextualizações no cenário atual e na vigência que tais falas (re)produzem e desdobram em atos, performance e pedagogia do que se aprende e faz como sexo, sexualidade e experimentações de gênero. Os comentários dos vídeos são tomados como uma forma de produção discursiva a partir do campo da pornografia, presentes em um contexto histórico e como enunciadores das relações sociais das dinâmicas cisnormativas.

A plataforma escolhida para análise dos materiais foi o *Xvideos* (www.xvideos.com), devido a sua gratuidade, quantidade de materiais disponíveis, maior facilidade de acesso e disponibilidade de recursos de pesquisa, além de conter informações relevantes sobre os

vídeos ali disponíveis. Para acessar o site não é solicitada a confirmação de idade ou a criação de um perfil, basta utilizar o link que você já estará adentrando um local de múltiplas performances.

Essa pesquisa realizou a produção e busca de materialidades a partir de nove vídeos de pornografia e a partir deles, a seleção de comentários que carregam os discursos de homens cisgêneros. O que se buscou nos comentários foram falas que se relacionam na temática da produção de masculinidades na pornografia com mulheres trans e travestis. O período de buscas ocorreu entre os meses de maio a outubro de 2023 e teve como base as falas de homens acerca das produções visualizadas. Assisti dezenas de vídeos, porém, optei por trabalhar com os comentários devido a quantidade de questões ali disponíveis, como se essas falas saltassem à tona e tivessem capturado minha atenção para lê-los e analisá-los, alguém precisava parar para lê-los e assim o fiz.

A ideia inicial era a articulação entre vídeos e comentários, porém, os comentários revelaram-se uma grande fonte de informações e disparadores para pensar nessa construção discursiva da masculinidade. No capítulo a seguir, comento sobre a plataforma e sua navegação, seguido sobre a escolha do acesso e escolha das materialidades a serem trabalhadas.

As imagens dos vídeos não serão reproduzidas nessa produção devido às questões éticas e de direitos autorais, utilizo apenas a reprodução/transcrição dos comentários.

7.2. Navegação online: A estrutura do *Xvideos*

O site do *Xvideos*, ao ser carregado, entra em sua forma de acesso padrão, na categoria heterossexual. Já na página inicial oferece uma série de opções de vídeos disponíveis gratuitamente, mostrando-se inicialmente como um local de múltiplas performances, conteúdo e amplitude de práticas sexuais e fetiches.

Ao clicar em um vídeo para consumir, você provavelmente será recepcionado por um anúncio com uma música, que ainda segue tocando em *looping* na minha cabeça em variados momentos do dia. “*É o brasino*¹⁷, *no jogo da galera*”. Quase todo consumidor de pornografia conhece essa música e identifica outro consumidor que também a escuta. Recentemente, uma trend do *Tik tok* viralizou, nela, homens mostravam a música a outros homens enquanto gravavam suas reações. Em todos os vídeos os homens gravados riam, enquanto se davam conta de forma constrangida de onde conheciam o som.

¹⁷ O Brasino é um cassino de apostas *online* que anuncia em vídeos do *Xvideos*.

Além desses elementos “clássicos” da página, acredito ser importante uma breve descrição de demais possibilidades de acesso e ícones da tela inicial. A página inicial possui a opção de acesso por idioma e nacionalidade, a barra de busca de materiais específicos com sugestões de títulos e categorias, além da possibilidade de criar um perfil. No início da página são fornecidas opções de acesso aos melhores vídeos, a lista de categorias mais acessadas, canais de produtores e super estrelas, os canais pagos, *live cams*, jogos e perfis em geral. Após, segue a lista dos vídeos com *frames* de alguns momentos da produção.

O site oferece três categorias principais de navegação, nomeadas como: heterossexual, gay e trans. Em cada uma dessas categorias existem vídeos diferentes. Para a realização da pesquisa, acessei as três categorias e percorri as páginas, da primeira até a décima, visualizando os vídeos, olhando os títulos, *frames*¹⁸, e quando tive dúvidas sobre o conteúdo e se seria relevante para o contexto dessa pesquisa, acessei cada um deles e assisti algumas cenas.

A mais ampla das três categorias do site é a “heterossexual”, com maior variedade de conteúdo e resultados. São encontrados vídeos não só de relações entre homens e mulheres, mas também de sexo entre duas ou mais mulheres, trisais, masturbação, categorias por nacionalidade e outros conteúdos.

Nessa categoria os vídeos entre os principais resultados são de pessoas cisgênero, seja de relações entre homens e mulheres ou entre mulheres. As relações hetero ali expostas são protagonizadas por pessoas cisgênero, como se heterossexualidade e cisgeneridade fossem a mesma coisa, como se uma pressuposse a outra. Tal similaridade mostra-se expressa em muitos comentários em vídeos que serão abordados mais adiante.

Na categoria “heterossexual” tentei utilizar alguns termos de busca. O termo de busca “cisgênero” revela cinco resultados, sendo três deles o mesmo vídeo, que é uma animação sobre uma mulher trans. O outro vídeo, também uma animação, cujo título é “Subnormal se deixa esfaquear por louco e agora tem que prostituir uma alienígena não cisgênero”, que não é um vídeo de pornografia, mas uma animação sobre aliens. Nenhuma dessas produções utiliza a identidade cis enquanto uma posição de si.

Ao buscar pelo termo “cis” aparecem vinte e sete resultados de busca, vinte deles são protagonizados por relações entre mulheres trans e mulheres cis e dois por um casal cis hetero, os demais são lives ao vivo de produtoras cis.

¹⁸ O site oferece um pequeno resumo do vídeo ao colocar o *mouse* sobre a foto.

Na busca pelo termo “homem cisgênero” o site refere 18.126 resultados, porém, os resultados variam muito, em vídeos que vão desde masturbação a relações entre duas ou mais mulheres. Com o termo “homem cis” aparecem 17.114 resultados com vídeos que também variam de inúmeras formas, contendo homens, homens sozinho, casais, mulheres, porém, as primeiras páginas mostram resultados de vídeos de relações entre mulheres trans e mulheres cis.

Quando a busca é feita pelo termo “mulher cisgênero” o site localiza 24.605 vídeos, os resultados da busca mostram diversas mulheres em relações variadas, porém, sem tanta flutuação como na busca pelos termos relacionados aos homens, que apresentavam desde homens até mulheres. Nas buscas com os termos “mulher cis” e “mulher cisgênero” encontram-se muitos vídeos de relações entre mulheres cis e trans e muitos vídeos de masturbação, com sua grande maioria intitulado por exemplo: “mulher asiática”, “mulher masturbando”, “jovem mulher”. As mulheres americanas e europeias são diferenciadas pela sua nacionalidade, enquanto as demais se enquadram em grandes categorias, como por exemplo: “francesas”, “alemãs”, “italianas”, ao oposto de “negras”, “latinas” e “asiáticas”.

Na categoria gay, os vídeos são de relações entre homens, abarcando trisais, orgia, fetiches e também vídeos entre homens cis e homens trans (categorizado pelo site como FTM¹⁹, nomenclatura com uma similaridade ao termo *shemale*). A categoria trans abarca vídeos de mulheres trans em relações com homens, mulheres, grupos, trisais e outros conteúdos.

Na categoria trans, buscando pela página dos mais assistidos, aparecem poucos resultados de produções com homens trans, a maior parte dos resultados é de vídeos com atores homens cis e mulheres trans. O site, apesar de estar no modo Brasil e na categoria trans, nomeia pelo link e pelas páginas como *shemale* (<https://www.xvideos.com/shemale>).

O termo *shemale* frequentemente aparece como uma nomenclatura utilizada no campo da pornografia para definir mulheres trans e travestis, não é uma palavra que defina ou corresponda a uma identidade de gênero. Como refere Rost (2017) a busca pelo termo *shemale* é a que mais produz resultados em sites e canais de pronografia com mulheres transexuais e travestis.

A origem de *shemale* é inglesa e constitui-se pela junção de dois termos: *she* “ela” e *male* “masculino”. E pode ser utilizada de duas formas: a primeira para nomear mulheres travestis e transexuais e a segunda no âmbito dos jogos *online*, sendo a forma como são

¹⁹ *Female to male* (feminino para masculino)

chamados os jogadores do sexo masculino que optam por assumir identidades femininas no contexto de um jogo (Junior, 2013).

Essa nomeação *shemale* pode ser pensada criticamente, uma vez que o termo não se constitui como uma identidade de gênero ou é algo próprio dos movimentos políticos e sociais, mas como uma categoria de pornografia que designa vídeos com travestis e transexuais. A própria tradução do termo nega a feminilidade das identidades trans e travestis ao utilizar o termo “*male*”. Aqui reside uma questão sobre a manutenção do uso dessa palavra em uma categoria sobre mulheres trans e travestis, que é importante ser repensada.

Não consegui localizar um histórico sobre o uso desse termo, porém, existem produções acadêmicas mais antigas que já fazem referência a *shemale* como uma categoria pornográfica, como por exemplo no artigo de Phillips (2006)²⁰. A manutenção desse termo e os usos que se fazem dele é algo a ser questionado, uma vez que nomeia toda uma posição subjetiva de mulheres trans e travestis, reduzindo-as a uma categoria pornográfica usualmente acessada, mas cuja própria nomenclatura não possui uma representação dessas mulheres.

Seguindo, ao buscar pelo termo “*woman*” o site sugere “*trans woman*”, “*black woman*”, “*asian woman*”, “*shemale fucks woman*”, “*trans and woman*”, “*shemale woman*”. Se a categoria é sobre pessoas trans, por que essa marcação sobre mulheres trans e uma diferenciação, como “trans e mulher”? Esse é um dos pontos iniciais que causam desconforto, até mesmo em um local que categoriza esses conteúdos há uma marca que nega a subjetividade feminina. Não há como não se perguntar: a quem se destinam essas plataformas e categorias? A quem favorece essa distinção? Por que existe uma categoria “trans” mas que não respeita ou representa as mulheres trans e travestis? A não ser que o objetivo não seja o de representação, mas de mera categorização.

Pensando na organização do sistema e da lógica binária, há uma categorização do Outro e das Outras e na pornografia não é diferente, uma vez que se constitui em nichos e categorias, destina-se a um público mais específico e provavelmente tem em sua produção e organização de conteúdo esse mesmo público. Isso suscitou uma questão sobre a categorização: tudo que diz de relações com mulheres trans é englobada em uma categoria “trans”, tudo que possui relação entre dois homens é englobado em uma categoria “gay” e na categoria “heterossexual” é relegado aquilo que serve aos prazeres dos homens heterossexuais sem ferir sua masculinidade ou colocar em cheque a sua posição desejante heterociscentrada.

²⁰ Phillips, J. Walking on the Wild Side: Shemale Internet Pornography. In: Transgender on Screen. Palgrave Macmillan, London, 2006, p.147-164. https://doi.org/10.1057/9780230596337_6

Como se os vídeos que fizessem uma possível “ranhura” nessa masculinidade heterossexual cisgênera fossem alocados em um outro espaço, não utilizando esse local com a constituição de outros possíveis desejos, corpos, práticas e experimentações.

É perceptível uma mudança nos conteúdos da plataforma desde 2020, conforme pesquisa anterior realizada (Dias, Kich e Detoni, 2022). Apesar dos vídeos de grandes produtoras ainda estarem entre os mais acessados, já é possível encontrar muitas produtoras de conteúdo independente, estando muitas delas entre os canais mais relevantes²¹. À primeira vista essa poderia ser uma possibilidade para maior expressão dos atores e atrizes, além de uma construção do seu conteúdo a partir de seus próprios prazeres, porém, é possível questionar se essas vontades são irrestritas ou ainda seguem determinados modos e padrões conforme seus espectadores desejam, uma vez que há a monetização desses conteúdos.

Muitas das produções mais acessadas ainda são vídeos de grandes produtoras, uma das possibilidades é pelo tempo em que o vídeo está no repositório (em média há mais de três anos) e pelo fato das produtoras independentes cobrarem por alguns conteúdos exclusivos em seus perfis²², uma vez que a plataforma não se torna tão rentável com livre acesso. As grandes produtoras também possuem seus canais de vídeos privados, porém, estes acabam sendo pirateados ou disponibilizados de forma gratuita pela própria produtora após um tempo.

A seguir, pontuo algumas questões que foram pertinentes nesse processo de imersão nos conteúdos. Como comentei anteriormente, ao tratar sobre os descaminhos da pesquisa, em meu projeto a ideia era de buscar as produções com maior número de acesso e a sua articulação com os comentários, pensando sobre as dinâmicas relacionais entre homens cisgênero, travestis e mulheres trans, utilizando os comentários como forma de acompanhar esses processos e de verificar o que isso produz em seus espectadores.

Porém, o campo inicialmente se mostrou frustrante com essa empreitada, trazendo poucos resultados e foi necessário repensar como fazer. Ao buscar pelos vídeos mais acessados não encontrei muitos comentários e discussões, a maioria deles se refere a trocas de telefone para agendar encontros ou questionamentos como “alguém de tal local para transar?”. Nesse momento optei pela busca em uma subcategoria intitulada “melhores vídeos” e ali os resultados trouxeram mais opções de materiais. Devido ao fato do algoritmo utilizar não só o número de visualizações e acesso, mas também de comentários e reações de

²¹ O algoritmo do *site* considera a relevância a partir do número de acesso, de inscritos, comentários, visualizações e curtidas, tanto do perfil quanto dos vídeos.

²² Os perfis ou canais de acesso são perfis individuais de produtoras ou criadores de conteúdo. Nesse local podem disponibilizar vídeos gratuitos ou no chamado *red*. O *red* é um espaço privado em que o acesso é cobrado mensalmente conforme valor estipulado pelos criadores.

likes e *dislikes*. Então, nos “melhores vídeos” estavam depositados os vídeos com alta quantidade de visualização e maior quantidade de comentários, que mostraram-se bastante relevantes para a construção dessa pesquisa.

Os vídeos nesta categoria compreendem entre 200 mil até mais de 2 milhões de visualizações, com uma quantidade de comentários superior a trinta pessoas por vídeo, alguns ultrapassando duzentos comentários. Os comentários realizados são em sua maioria feitos por homens, conforme identificados por mim. Para isso, considerei o uso dos pronomes na escrita do comentário, para os que não utilizavam algum marcador acessei o perfil, pois o site permite que se coloque o gênero nos perfis pessoais.

No início da página dessa subcategoria há uma série de possíveis sugestões de navegação, como “Trans é frequentemente combinado com: Pau Grande; Hentai; Negras; Desenho; Compilação; Japonesas; Amadoras Verificadas; Asiáticas; Homem Bissexual; Realidade Virtual”. Ou ainda: “Pesquisas Relacionadas Com "Transgender: Transgender Fucks; Girl Transgender; Transsexual; Transgender Lesbians; Transgender Fucks Guy; Transgender Surprise; Transgender Threesome; Transexuales Con Mujeres; Trans Film; Transexuel Francais; Transexuelle; Transgender Fucks Straight Guy.”

A seguir, trago sobre o processo e caminho de escolha dos materiais a serem trabalhados e sobre a busca dos comentários.

7.3. Sobre as materialidades

A escolha dos vídeos foi feita conforme os primeiros resultados da categoria “melhores vídeos”, esses primeiros resultados se caracterizando como os com mais engajamento (que engloba os mais acessados, com mais curtidas e mais comentários). Para realizar a seleção do material acompanhei as produções ao longo das dez primeiras páginas de resultados, acessando-os, conferindo brevemente os vídeos e considerando-os conforme a maior quantidade de comentários e discussões realizadas neles.

Os critérios de seleção das materialidades foram pelos vídeos constantes na categoria “trans”, que tivessem relação com a temática da pesquisa, com quantidade de comentários superior a quinze e que estes fossem relacionados com a temática sobre de discursos de masculinidades por meio de comentários. A escolha da seleção dos vídeos na categoria “trans” deve-se ao fato da maior quantidade de vídeos dessa temática na página, pois na categoria “heterossexual” há uma série de outros vídeos junto aos resultados.

Foram desconsiderados vídeos sem comentários ou comentários que não tivessem relação com a pesquisa, como por exemplo, troca de informações de telefone, agendamento de encontros, comentários sobre vontade de ter relações sexuais naquele momento, contos eróticos que não tem relação com a materialidade do vídeo e perfis de mulheres (que foram poucos).

A seleção concluiu com nove vídeos para a realização da análise e articulação com os comentários, os vídeos são descritos e trabalhados juntos com os comentários, nos tópicos de escrita e também detalhados de forma mais visual conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 - Relação dos vídeos selecionados

Vídeo	Título	Duração (min)	Comentários (quantidade)	Visualizações	Produtora
(V1)	Yasmin comendo Soraya	10min	50	789.560	Soraya (Independente)
(V2)	Primeira foda com uma trans pirocudada	5min25s	55	1.871.790	Yasmin Mineira (Independente)
(V3)	Esposa deixa seu homem foder com travesti - Old school	28min39s	173	19.689.670	My horny Neighbors
(V4)	Belo ladyboy coloca maquiagem antes do sexo	12min6s	133	7.385.664	Love4ladyboys
(V5)	Transexual Rosy Pinheiro penetra um cara	8min9s	35	1.438.668	Dream Tranny
(V6)	Passivo submisso atacou Mirela Diniz	5min43s	53	77.000	Mirela Diniz (Independente)
(V7)	Homem negro passa a hora do almoço satisfazendo tgirl com tesão Mariana Lins	8min8s	55	1.519.867	Dream tranny
(V8)	Levando leite no cu e tirando o leite	2min49s	42	287.174	Brunna Garcia (Independente)
(V9)	Travesti peitura Carol Penelope socando no cu	7min	15	280.000	Yo Tranny

Fonte: Do autor (2024).

Os comentários foram selecionados pela articulação com a temática da pesquisa por conter temas e tópicos afins com os estudos sobre masculinidades, ou sobre discussões acerca das travestilidades e transexualidades.

A apresentação dos comentários será feita sem identificar o espectador, utilizarei itálico e aspas para marcar as falas. Em dois trechos existem diálogos entre dois ou mais comentaristas e esses serão identificados com o prefixo cis (referindo homem cisgênero) e um número de ordenamento, por exemplo, o primeiro homem a comentar será nomeado como *Cis1*, e assim sucessivamente.

A organização dos discursos dos homens foi feita em seis subdivisões temáticas para entender o que está sendo produzido enquanto discurso. A primeira delas trabalha com discursos de aniquilação da feminilidade e a subjetivação nas prateleiras do amor, seguindo da discussão sobre falocentrismo e masculinidades. A terceira subdivisão trata sobre racialidade, seguida da discussão sobre a economia erótica de ativo/ativa e passivo/passiva. Ao final, apresento a discussão sobre identidade de gênero e a afirmação da orientação heterossexual e encerro falando sobre as possibilidades de subversão da masculinidade cishetero hegemônica.

Considero arriscada a tentativa de transcrição dos comentários devido à violência presente em alguns deles. Ressalto novamente que o objetivo dessa produção não é o de ocupar ou reproduzir essas violências, mas de colocar a cisgeneridade masculina em análise e como categoria produzida e produtora de discursos. Alguns comentários não serão transcritos em sua forma íntegra devido à quantidade de violência explícita.

Aqui ressalto um total desconforto com alguns escritos encontrados. A busca dos comentários foi dura e por vários momentos foi necessário parar, sair da página e absorver o impacto do que havia acabado de ler. Compreendo isso como um privilégio da minha cisgeneridade, pois, se fechasse a página, tudo aquilo deixaria de existir, o que não acontece no cotidiano de sujeitas trans e travestis.

Foi um processo lento e longo para trabalhar com os dados, precisava ler, parar, pensar, deixar as emoções se assentarem. Senti muita raiva e a raiva me fez incorrer em pré julgamentos ao longo da pesquisa, assumindo um caráter punitivo e crítico do que intitulava como “esses homens”. Tive de me implicar ainda mais e deixar de lado essa postura do “eles” e assumir o “nós” como homens, não como uma posição subjetiva universal, mas como aliciados em uma série de redes de privilégios e manutenção destes. Então de esses homens tornamo-nos nós homens, com nossa implicação ética e o compromisso de repensar as relações cis masculinas.

É necessário abrir mão da onipotência do lugar de “salvador” de alguém e abrir os olhos para perceber-se enredado até o pescoço em toda essa trama de articulação performática, estrutural e patriarcal. Apesar disso, em momentos me vi engendrado em uma

“defesa” ou atenuação dessas posições masculinas, nomeando como confusões alguns processos de violência e aqui novamente é necessário retomar minha posição e me (re)implicar naquilo que busco escrever, analisar, torcer e colocar em pauta. Não deve haver espaço para *brotheragem*, para alianças e para defesa de nossas masculinidades. Esse escrito serve mais como uma lembrança para a minha continuidade dessa narrativa, como um alerta para minha memória e implicação, além do que para quem me lê. Algumas coisas devem ser nomeadas para que o processo possa continuar fluindo com maior cuidado e sem reprodução de violências.

Os comentários dos vídeos analisados são feitos quase majoritariamente por homens e a sensação que me causa é de que há muito conforto para expressar suas opiniões e “desejos” nesses espaços. Alguns desejos em que foi possível observar mesclas de comportamentos machistas e transfóbicos, de objetificação e de fetichização.

O primeiro ponto que analiso são os comentários em vídeos que incluem mulheres cisgênero e mulheres trans. A plataforma *Xvideos* não possui uma categoria separada para vídeos de mulheres lésbicas, esses acabam se concentrando principalmente na categoria “heterossexual”. Essa categoria apresenta vídeos de sexo entre mulheres cis como primeiros resultados de busca, e aqui é importante inferir sobre esse motivo: seria porque esse nomeado local “heterossexual” não é sobre o tipo de vídeo/conteúdo da categoria, mas sim para qual público se destina? Homem, heterossexual que busca vídeo de relações entre mulheres. Os vídeos de sexo entre mulheres cis e mulheres trans ou travestis localizam-se majoritariamente na categoria trans, enquanto vídeos entre mulheres cis, intitulados como lésbico, estão todos nesse local “heterossexual”.

No capítulo a seguir, nomeado “os comentários e seus homens” apresento, analiso e questiono os comentários tecidos nos vídeos.

REFERÊNCIAS

ADAID, F. Uma discussão sobre o falocentrismo e a homofobia. **Rev. Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana**, 27(1), p. 73 - 80, 2016. Disponível em: <https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/123>. Acesso em 7 dez. 2023.

ALMEIDA, F. A.; SOUSA, L. D. Escrevendo literatura: uma análise do discurso pornográfico na internet. In: **Educação e Linguagem: Ensino, contribuições e discursos**. Org. ALMEIDA, F. A. Livro digital. 2021, p. 120-131. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5952127/mod_resource/content/1/AD%20-%20Principios%20e%20procedimentos%20.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ALMEIDA, G. S. DE. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 720–731, set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/TnFPFt8v6pSqYDJkr3ysK9f/#>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Org. GALLEGO, Esther Solano. 2018, p. 23-28.

ALVES, C. E. R. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: Existe um modelo legítimo de mulher?. **Anais 13º Mundos de mulheres e Fazendo gênero 11**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf>. Acesso em 1 nov. 2023.

AMARAL, Marília dos Santos. Te desafio a me amar: Desejo, afeto e coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans. **Tese doutorado**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180425/348090.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 13 nov. 2023.

ANZINI, Violet Baudelaire. O poder das coisas: Corpa, falocentrismo, transgeneridade e arqueologia. **Rev. Discente de Arqueologia**, Rio Grande, RS, v.1 n.1, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://arche.furg.br/images/v1n1/artigo_3_-_baudelaire_pronto.pdf>. Acesso em 1 nov. 2023.

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022. **Série Publicações Rede Trans Brasil**, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2023/01/DOSSIE2023_REDUZIDO.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EM MEDICINA E SAÚDE SEXUAL (ABEMSS). Membros participantes Carmita Abdo. 2021. Disponível em: <<https://abemss.org/carmita-abdo-2/>>. Acesso em 20 out. 2022.

BAÉRE, F. DE .; ZANELLO, V. Suicídio e masculinidades: Uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, v. 25, p. e44147, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXckJkpKnWkn/#>>. Acesso em 13 nov. 2023.

BARRETO, R. M. Contribuições psicanalíticas para a compreensão do preconceito racial: Um estudo de caso. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará. 2017.

BARREIROS, Ana Carolina Medeiros. A representação feminina na pornografia: A infantilização da figura feminina em vídeos pornográficos como ferramenta de opressão do sistema patriarcal. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/ana_carolina_medeiros_barreiros.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024.

BARROS, P. E.; BARRETO, R. M. Corpo negro e pornografia. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/16361>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BARROS, A. T. DE .; BUSANELLO, E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e53771, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/xYh6dxnNQ6LV9M9DC976tDg/?lang=pt#>>. Acesso em 20 fev. 2024.

BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). **Rev. Híbrida**, 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>>. Acesso em 20 nov. 2022.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. **Dossiê Antra**, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 20 mai. de 2022.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **Dossiê Antra**, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: fev. de 2023.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. **Dossiê Antra**, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>. Acesso em: fev. de 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; AGUIAR, Maria Eduarda. LGBTfobia Estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+ . In:

Dossiê LGBT+ 2018. Orgs. MATOS, Victor Chagas; LARA, Erick Baptista Amaral de. Rio de Janeiro. 2018. p. 53-65. Disponível em:
<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/8528204/4225954/DossieLGBT1.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2022.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.

BESSEN, Lucas Riboli. Entre laudos, compostos químicos e máquinas: saberes e práticas a partir do Setor Técnico-Científico da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Rio Grande do Sul. 2014. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BONASSI, B. C. Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. **Dissertação de mestrado,** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2017. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2024.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** Org. GALLEGU, Esther Solano. 2018, p. 87-92.

BUSIN, Valéria Melki. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis. **Tese de doutorado,** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/publico/busin_corigida.pdf>. Acesso em 1 nov. 2023.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler. (Entrevista concedida a Prins, B. e Meijer, I.). **Revista Estudos Feministas,** ano 10, 1, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 2003. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Forense universitária.

BUTLER, Judith. **Vida Precária.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. Corpo, masculinidade e efeminização: uma análise da produção dos sujeitos homossexuais on-line. **Letras,** v. 24, n. 48, p. 303-322, 2014. Disponível em:
<<https://nela.cce.ufsc.br/files/2014/10/Butturi-2014.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem,** v. 27, n. 2, 2018. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBRfCcdch9JZdtf/?lang=pt>>. Acesso em 20 fev. 2023.

CATRACA LIVRE. Brasil é o país que mais procura por pornografia trans no redtube. **Rev Catraca Livre,** 2016. Disponível em:
<<https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans>>

-no-redtube/>. Acesso em 20 nov. 2022.

COEN, Myra Krieger. Beating the cis-tem: A look at privilege based on gender identification. **Iowa State Daily**. 2012. Disponível em: <<https://iowastatedaily.com/132250/news/beating-the-cis-tem-a-look-at-privilege-based-on-gender-identification/>>. Acesso em 19 fev. 2024.

CORREIA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? Sexual Policy Watch (SPW). Disponível em: <https://is.gd/VIagXP> Acesso em: 03 fev. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DENARDIN, Jaqueline Anjos dos Santos. Como a(s) travesti(s) e a(s) transexual(is) negra(s) é/são dita(s) na plataforma de pesquisa Google?. In: **Pesquisar em tempos de resistência: a balbúrdia de quem faz**. LAU, Héilton Diego; MICHALKIEWICZ, Zuleica Aparecida (Orgs). São Paulo: Pimenta Cultural, p. 133-149, 2019. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/143639_a625132056c2477a924ada5f2e107866.pdf#page=134. Acesso em: 12 nov. 2023.

DIAS, E. M.; KICH, F. D.; DETONI, P. P. Performatividades de mulheres trans em vídeos mais acessados da pornografia brasileira: Pedagogias sexuais. **REV. ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 23, n. 62, 2022. DOI: 10.22456/1984-1191.114761. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/114761>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DUARTE, Larissa Costa; ROHDEN, Fabíola. Pornotopia : história, desafios e reimaginações das pornografias feministas. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114445>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DUARTE, Larissa Costa; ROHDEN, Fabíola. Entre o obsceno e o científico: pornografia, sexologia e a materialidade do sexo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 715-737, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300715&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p715>.

ERICSON, Sóstenes; DAL'AVA, Lucas Manca. Um abanador e uma arenga: Contradições e deslocamentos no trânsito dos sentidos. Entremeios: **Revista de Estudos do Discurso**, v. 19, 2019. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol19pagina51a62>>. Acesso em 13 nov. 2023.

ESTADÃO. Está em marcha uma revolução de mudança das vivências trans. **Jornal Estadão**, 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/inconsciente-coletivo/esta-em-marcha-uma-revolucao-de-mudanca-das-vivencias-trans/>>. Acesso em 20 nov. 2022.

FARO, L. et al. Homem com "H": ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 287–321, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/jKWDsWTW6ddqLd4CPdRgy4r/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em 1 nov. 2023.

FERNANDES, Rafael Morello. A importância de ser “ másculo”: Subjetividades gays e dominação masculina. **Anais do Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismo**. Santa Catarina. 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1370978831_ARQUIVO_Aimportanciadesermasculino.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FONTENELLE, Isleide. **O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 363 p, 2002.

FONTENELLE, Isleide. Corpo, mobilidade e a cultura da imagem. **Psicol. hosp.** (São Paulo), São Paulo , v. 4, n. 1, jan. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092006000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 dez. 2022.

FÓRUM. Brasil é o país em que mais se procura pornografia trans e que mais se mata pessoas trans. **Rev. Fórum**, 2017. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/direitos/2017/1/28/brasil-pais-em-que-mais-se-procura-pornografia-trans-que-mais-se-mata-pessoas-trans-18826.html>>. Acesso em 20 nov. 2022.

FREITAS, Ricardo Oliveira de.; PACHECO, Bruno. De “rostinho lindo” a “putinha escrava”: Falta, excesso e estranhamento em conversa de aplicativo de pegação. **Dossiê “Decolonialidades e Interculturalidades”**, Sinop, v. 15, n. 41, p.203-224, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/10620/7262>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FRIEDMAN, D.M. **Uma Mente própria: A História Cultural do Pênis**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GASPODINI, Ícaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de Heterocentrismo e ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Rev. Universo Psi**. Taquara, 1(2), 33-51 2020. Disponível em: <https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/858237/mod_resource/content/2/000ARTIGOPUBLICADO.pdf>. Acesso em 6 dez. 2023.

GERMANO, Felipe. Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas. **Rev. Super Interessante**, 2018. Disponível em: <[GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Rev. Civitas**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209/16651>>. Acesso em 6 dez. 2023.](https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20pesquisa,trans%20s%C3%A3o%20as%20agress%C3%B5es%20f%C3%ADsicas.>. Acesso em 20 nov. 2022.</p></div><div data-bbox=)

GOMES, Heloisa. Por que o país que mais consome pornografia trans é também o que mais mata travestis?. **Rev. Aratu on**, 2017. Disponível em: <<https://aratuon.com.br/geral/2017-01-31/por-que-o-pais-que-mais-consome-pornografia-trans-e-tambem-o-que-mais-mata-travestis/>>. Acesso em 20 nov. 2022.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Sobre a decisão da Justiça Federal do Acre, o IBGE informa. **Site IBGE**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/34041-sobre-a-decisao-da-justica-federal-do-acre-o-ibge-informa.html#:~:text=Censo%202022%3A%20N%C3%A3o-,Sobre%20a%20de,cis%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Federal%20do%20Acre%2C%20o%20IBGE,c om%20os%20cuidados%20e%20o>>. Acesso em 28 set. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília, DF: [s. n.], 2012. 42 p. Disponível em: <<https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CO NCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. KAAS, Hailey. Feminismo transgênero e o movimento de mulheres transexuais. **Chronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012. Recuperado de <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e Práticas**. Rio de Janeiro: **Metanoi**. 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de heterocentrismo: Um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Rev Psico-USF**, 18 (3), 2013. 363–372. doi:10.1590/s1413-82712013000300003. Acesso em 6 dez. 2023.

JUNIOR, G. C. Jogando na Era da Convergência: Notas sobre a Produção Cultural Eletrolúdica no Ciberespaço. **Rev. do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**. Licere, Belo Horizonte, v.16, n.4, 2013.

JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva; CAMILO, Vandellir. Atenção!!! Homens trabalhando: um olhar sobre masculinidades negras na pornografia gay hardcore brasileira. **Rev. O Social em Questão**. Ano XXVI, nº 55, 2023. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5522/552273594008/552273594008.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2023.

LEITE JR, Jorge. Monstro, Bufões e Freaks: Riso, medo e a exclusão dos “anormais”. **Revista Boca Larga – Caderno dos Doutores da Alegria**, v.2, 2006. Disponível em <https://www.academia.edu/5100173/Monstros_bufoes_e_freaks_-_jorge_leite_jr> Acesso em: 01 mar. 2023.

LEITE JR, Jorge. **Das Maravilhas e Prodígios Sexuais – A Pornografia “Bizarra” como**

Entretenimento. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 608 p.

MAINGUENEAU, D. **Gêneses do discurso**. 1984. Tradução: Sírio Possenti. Curitiba: Cria.

MAINGUENEAU, D. **O discurso pornográfico**. 2010. São Paulo: Parábola Editorial.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Rev. Arte e Ensaios**. Rio de Janeiro, n. 32. 2016. Disponível em:
<<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 09 set. 2022.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. e00111318, 2019. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr3QL4tfvwZvqyKtysgt/#ModalHowcite>>. Acesso em 1 nov. 2023.

MÉLO, Tita Maravilha Moreira. Puta híbrida ou a lenda da garota do pau Brasil: escritos sobre artivismos de um corpo dissidente enquanto potência. **Monografia**. Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25055/1/2018_TitaMaravilhaMoreiraDeMelo_tcc.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

MIOTTO, Lucas. O que há de errado com a pornografia? Fundamento: **Revista de Pesquisa em Filosofia**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 4, p.109-123, 2012. Jan–jun. Disponível em:
<<http://www.revistafundamento.ufop.br/index.php/fundamento/article/download/61/44>>. Acesso em 02 mai. 2022.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETO, Alberto Ribeiro; CECCARELLI, Paulo Roberto. Internet e pornografia: notas psicanalíticas sobre os devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 37, n. 70, p. 15-22, jun. 2015. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 abr. 2022.
NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; ARAÚJO, Tathiane Aquino. Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2024. Série Publicações Rede Trans Brasil, 8a. ed. Uberlândia: Rede Trans Brasil, 2024. Disponível em:
<<https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/2cdd8f253f554d9487871cd678a3ed51/Dossi%C3%AA%202024.pdf>>. Acesso em fev. 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito de categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v.36, n.1, jan./jun. 2023. Disponível em:
<<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69857/36259>>. Acesso em 7 dez. 2023.

ORLANDI, E. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012

PARDINI, Bruna Áfrico; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. **Revista Psicologia - Saberes e Práticas**. Bebedouro: UNIFAFIBE, 2017. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145609.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2022.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto; LAUREANO, Pedro Sobrino. Dois desejos, dois capitalismo. **Rev. Lugar Comum**, n. 37-38, p. 63-76, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/52344/28539>>. Acesso em 01 jan. 2023.

PEIXOTO, V. B.; GARCIA, A. J. M. L. A necropolítica do Estado brasileiro contra as sociabilidades LGBTQIA+. **Anais VIII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**, v. 8 n. 1, 2023. Disponível em: <<https://trabalhocidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/2514>>. Acesso em 19 fev. 2024.

PELÚCIO, Larissa. As maravilhas do sexo que ri de si mesmo. **Rev. Cadernos Pagu**, n. 29, p. 481-488, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/tDz4PKLGxnlm36xnzymL8Fk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PELUCIO, Larissa. "Mulheres com Algo Mais" - corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. **Revista Versões**, v. 03, p. 77-93, 2007. Disponível em: <<https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/mulherescomalgomais.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2024.

PELUCIO, Larissa. Exótica, erótica e travesti – nacionalidade e corporalidade no jogo das identidades no mercado transnacional do sexo. In: CASTRO, Ana Lúcia de. (org.) **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias**. São Paulo, Cultura Acadêmica/ UNESP, 2010, pp.197-213.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 76–85, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/7DLHvcVH93dQpHGkMKbykhC/#>>. Acesso em 18 jan. 2024.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 13 nov. 2023.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PFEILL, C.; PFEILL, B. A cisgeneridade em negação: Apresentação o conceito de ofensa da nomeação. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 3, n. 9, p. 1-24, jul./set. 2022. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/11170/7071>>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2002.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, v.19, n.1, jan./abril, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

PRECIADO, Beatriz. Museu, lixo urbano e pornografia. **Rev. Periodicus**. Salvador, v.1, n.8. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23686>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PORNHUB INSIGHTS. Redtube and Brazil. **Pornhub**, Canadá, 2021. Disponível em:<<https://www.pornhub.com/insights/yir-2021>>. Acesso em 20 ago. 2022.

PORNHUB INSIGHTS. Redtube and Brazil. **Pornhub**, Canadá, 2022. Disponível em:<<https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review>>. Acesso em 20 fev. 2023.

PORNHUB INSIGHTS. Redtube and Brazil. **Pornhub**, Canadá, 2023. Disponível em:<<https://www.pornhub.com/insights/2023-year-in-review>>. Acesso em 20 jan. 2024.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. **Yogyakarta**, Indonésia, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 01 mai. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**(Feminismos plurais). Belo Horizonte: Letramento; 2017.

ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. O homem sem qualidades: modernidade, consumo e identidade cultural. **Rev. Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2005. Disponível em: <<https://xjournals.com/collections/articles/Article?qt=fixLf9yi8J3DZHPPYgTNR+t1d0Dlup6FEQWnOIocNa3y3S5gYm03H2DhoCV4oIlnwWNkiabWy8DaZdIq0m85zA=>>. Acesso em 20 jan. 2023.

ROCON, P. C. et al. Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2347–2356, jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/4sX9R9TRSNk4hzdC8dwrsQb/#ModalHowcite>>. Acesso em 1 nov. 2023.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection. 224 p. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.). Cultura e subjetividade. **Saberes nômades**. Campinas: Papyrus, 1997. p. 19-24. Disponível em: <http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/viciados_em_identidade.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ROST, Mariana. “Centenas de pessoas online”, mas nem tantas: A produção da diferença na pornografia live streaming do cam4.com. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499432791_ARQUIVO_ROSTTextocompletoFazendoGenero.pdf>. Acesso em 30 out. 2023.

RUBIN, Gayle. “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq. Acesso em 12 jan. 2024.

RUIZ, Maria Ruiz. O pós-pornô: Por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. In: VI Seminário Enlaçando Sexualidades. **Anais do VI Seminário Enlaçando Sexualidades**. Salvador: 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-O-ral-Maria-Ruiz-Ruiz.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SARGENTINI, V. M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Rev. Estudos Lingüísticos XXXV**, p. 181-190, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/vmos.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2024.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. **Rev. Periodicus**. v. 1, n. 1. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10175>>. Acesso em 12 ago. 2022.

SENNA, Ariane Moreira de. A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34369/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado%20-%20Ariane%20Moreira%20de%20Senna..pdf>>. Acesso em 1 nov. 2023.

SENRA, Ricardo. Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista. **Revista BBC Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>>. Acesso em 20 out. 2022.

SILVEIRA, D. G.; CALLIARI, M. E.; SILVA, A. S.; CEZAR, R. S. Educação sexual: Perfil sociodemográfico de homens em disfunções sexuais e processo de ruptura da personificação da masculinidade. **Anais 3º Encontro de Ciências em Educação para Sustentabilidade**. Ulbra, Canoas. 2018. Disponível em: <<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ceds/3eces/paper/viewFile/10831/5039>>. Acesso em 1 nov. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em 01 mar. 2023.

TAKARA, S. Pedagogias pornográficas: sexualidades educadas por artefatos da mídia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. Rev. Bras. Educ., 2021 26, 2021.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2023. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, v.1, 303p, 2018.

ZANELLO, Valeska. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: FERREIRA, L. (Org.), **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, p. 79-102, 2020.

ZANELLO, V.; GOMES, T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 23, n. 1/2, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/7615>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ZANELLO, Valeska; RICHWIN, Iara Flor; BAÉRE, Felipe de. Memes machistas em tempos de Covid-19: sintoma das masculinidades adoecidas. In: WARD, R. (Org.), **Arte e Inovação em Tempos de Pandemia 3 Artigos**, Brasília-DF, p. 116-133, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/72103980/Cadernos_do_Ceam_38_Arte_e_Inova%C3%A7%C3%A3o_em_Tempos_de_Pandemia_3_Artigos>. Acesso em 13 nov. 2023